

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA**

**ÂNGELA CAMANA**

**NARRANDO “VAZIOS”, PRODUZINDO O ESPAÇO:  
O DISCURSO DO DESENVOLVIMENTO NO CASO DO *PROSAVANA*/MOÇAMBIQUE**

PORTO ALEGRE  
2017

**ÂNGELA CAMANA**

**NARRANDO “VAZIOS”, PRODUZINDO O ESPAÇO:  
O DISCURSO DO DESENVOLVIMENTO NO CASO DO *PROSAVANA*/MOÇAMBIQUE**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Departamento de Sociologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharela em Ciências Sociais.

Orientador: Prof. Dr. Jalcione Almeida

PORTO ALEGRE  
2017

CIP - Catalogação na Publicação

Camana, Ângela

Narrando "vazios", produzindo o espaço: o discurso do desenvolvimento no caso do ProSAVANA/Moçambique / Ângela Camana. -- 2017.

84 f.

Orientador: Jalcione Almeida.

Trabalho de conclusão de curso (Graduação) -- Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Bacharelado em Ciências Sociais, Porto Alegre, BR-RS, 2017.

1. Desenvolvimento. 2. ProSAVANA. 3. Análise do Discurso. 4. Lugar. I. Almeida, Jalcione, orient.  
II. Título.

**ÂNGELA CAMANA**

**NARRANDO “VAZIOS”, PRODUZINDO O ESPAÇO:  
O DISCURSO DO DESENVOLVIMENTO NO CASO DO *PROSAVANA* (MOÇAMBIQUE)**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Departamento de Sociologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharela em Ciências Sociais.

Orientador: Prof. Dr. Jalcione Almeida

Aprovado em: 21 de julho de 2017.

**BANCA EXAMINADORA:**

---

Prof. Dr. Lorena Cândido Fleury  
Universidade Federal do Rio Grande do Sul

---

Prof. Dr. Guilherme Francisco Waterloo Radomsky  
Universidade Federal do Rio Grande do Sul

*Dedico este trabalho às minhas avós, Emilde e Irma, que, sem poderem sequer sonhar com a conclusão do ensino formal, foram as mulheres que me ensinaram o que sei sobre existir e resistir no mundo.*

## AGRADEÇO

à minha mãe e ao meu pai, por me apoiarem há vinte e tantos anos, seja qual seja o meu caminho. Obrigada por me incentivarem a ir cada vez mais longe, mas também por deixarem as suas portas sempre abertas para que eu volte;

ao João, sempre e todos os dias, por embarcar em mais essa jornada comigo, disposto a longas horas de conversa sobre os mundos, as sociedades e as sociologias...;

ao Mateus e à Patrícia, pelos risos e afetos;

ao Vito, a minha dose de alegria diária;

às amigas que, de longe, estão sempre comigo: Ana Paula Ferri, Bárbara Piccoli, Bruna Grazziotin, Bruna Kaplan e Fabiane Girardi Andreis;

aos amigos e amigas que, de perto, me ajudam a continuar: Juliana Loureiro, Raquel Alquatti, Débora Gallas, Eliege Fante, Fernanda Mattei, Rafael Carneiro, Patrícia Strack e Rafaela Duarte;

aos colegas com quem convivi ao longo desses anos nas Ciências Sociais; se o meu ritmo inconstante não me permitiu formar uma turma, deu-me o privilégio do encontro com trajetórias tão ricas e distintas. Em especial à Caroline Silveira Sarmiento e à Guga Ceolin, meu muito obrigada;

ao TEMAS (Grupo de Pesquisa Tecnologia, Ambiente e Sociedade) e ao GPJA (Grupo de Pesquisa em Jornalismo Ambiental), por abrigarem a mim e as minhas inquietudes/incompletudes;

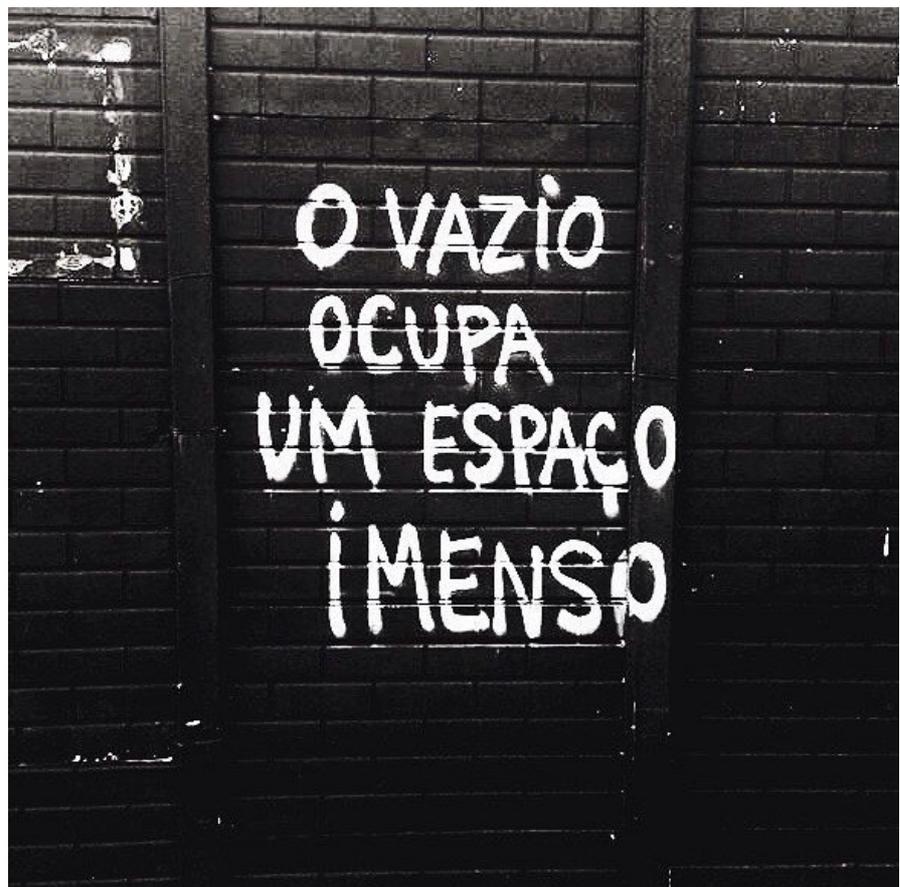
à turma do Doutorado em Sociologia/UFRGS de 2016, pelas trocas constantes. Obrigada, em especial, ao Anselmo Chizenga, à Marize Schons e à Dieni Rodrigues, por tanto ouvirem sobre este TCC e sua feitura;

ao Wagner Nascimento, à Alexia Barbieri e ao André Daitx, Por terem comemorado comigo cada ponto final deste trabalho no “Grupo de Escrita Terapêutica”;

ao IFCH e ao Departamento de Sociologia, pela disponibilidade de seus técnicos e docentes, pessoas que fazem este curso ser o que é. Um obrigada especial aos professores com quem aprender se revelou um grande prazer e um privilégio: Jalcione Almeida, meu orientador, Lorena Fleury, Guilherme Radomsky, José Carlos dos Anjos e Rochele Fachinetto;

aos funcionários e às funcionárias terceirizados dessa instituição, cujo trabalho incansável e constantemente precarizado permite que eu e tantos outros simplesmente estudemos. Sem vocês, a universidade não existe;

por fim, à mãe UFRGS, que mais uma vez me acolheu – uma repórter na sociologia. Agora, uma socióloga que reporta. Uma contadora de histórias.



(Imagem retirada do *Twitter*. Autor desconhecido.  
Disponível em: <[goo.gl/GLgxGA](https://goo.gl/GLgxGA)>. Acesso em: 19 jun. 2017)

(...) recusar o divórcio entre o inteligível e o sensível, decretado por um empirismo e um mecanicismo fora de moda, e descobrir uma secreta harmonia entre esta pesquisa do sentido, a que a humanidade se entrega desde que existe, e o mundo em que ela apareceu e onde continua a viver: *um mundo feito de formas, de cores, de texturas, de sabores, de odores*. (LÉVI-STRAUSS, 1986, p.173 [grifos acrescentados]).

## RESUMO

Este trabalho, de caráter qualitativo, tem como tema o desenvolvimento mobilizado em torno ao Programa de Cooperação Tripartida para o Desenvolvimento Agrícola da Savana Tropical em Moçambique (ProSAVANA). O ProSAVANA é um acordo de cooperação firmado em 2009 pelo Brasil, Japão e Moçambique, sendo largamente inspirado no Programa de Cooperação Nipobrasileira para o Desenvolvimento dos Cerrados (PRODECER), implementado no centro-oeste brasileiro em meio ao processo de modernização da agricultura. O programa prevê ações ao longo de 20 anos em um território situado no norte de Moçambique, o Corredor de Nacala, que compreende 14 milhões de hectares. O objetivo geral da pesquisa é analisar o discurso do ProSAVANA, por meio de seu Plano Diretor e material de divulgação, buscando os sentidos do desenvolvimento por ele mobilizados e a caracterização do espaço que receberá suas ações. Parte-se do pressuposto, portanto, de que dados, indicadores e relatórios narram, mas também produzem um lugar específico. Concebendo o lugar sempre em aberto e como espaço de múltiplas trajetórias que se encontram (MASSEY, 2008; 2004), problematiza-se a construção do Corredor de Nacala como um lugar vazio e atrasado. Desde uma mirada crítica, assume-se o caráter discursivo do desenvolvimento (FERGUSON, 2005), sustentando que esta ideia-força cria espaços atrasados e vazios, portanto desenvolvíveis (ESCOBAR, 2005). O percurso teórico e metodológico é guiado pela Análise do Discurso de matriz francesa (PÊCHEUX, 1988), tomando como objeto empírico o Plano Diretor e os materiais de comunicação oficiais do ProSAVANA. A análise empreendida permite sugerir a presença de uma Formação Discursiva (FD) predominante, desenvolvimentista, que se desdobra em duas posições-sujeito. A FD mobiliza saberes que dão conta de um imperativo da produtividade, o qual pode ser atingido apenas pela modernização das práticas e da cultura agrícola. Assim, no caso do ProSAVANA, pode-se considerar que há um discurso que tecniciza relações sociais, esvaziando toda a diferença presente no Corredor de Nacala.

**Palavras-chave:** Desenvolvimento. ProSAVANA. Análise do Discurso. Lugar.

## ABSTRACT

This work, of qualitative approach, has as its theme, the development around the Triangular Co-operation Programme for Agricultural Development of the Tropical Savannah in Mozambique (ProSAVANA). The ProSAVANA programme is a cooperation agreement signed in 2009 by Brazil, Japan and Mozambique, being largely inspired by the Nipo-Brazilian Cooperation Program for the Development of Cerrados (PRODECER), implemented in the center-west region of Brazil in the middle of the process of modernization of agriculture. The program foresees actions over 20 years in a territory located in the north of Mozambique, the Nacala Corridor, which comprises 14 million hectares. The general objective of the research is to analyze the discourse of ProSAVANA, through its Master Plan and dissemination material, seeking the senses of the development mobilized by it and the characterization of the space that will receive its actions. It is therefore assumed that data, indicators and reports narrate, but also produce a specific place.. Conceiving the place always open and as a space of multiple trajectories that are found (MASSEY, 2008; 2004), the construction of the Nacala Corridor is questioned as an empty and backward place. From a critical point of view, the discursive approach of development is assumed (FERGUSON, 2005), arguing that this force idea creates backward and empty, therefore, developmental spaces (ESCOBAR, 2005). The theoretical and methodological course is guided by the the French headquarters of Discourse Analysis (PÊCHEUX, 1988), taking as an empirical object the Master Plan and the official communication materials of ProSAVANA. The analysis undertaken allows us to suggest the presence of a predominant, developmentalist Discursive Formation (FD), which unfolds in two subject-positions. The FD mobilizes knowledge that accounts for a productivity imperative, which can only be achieved by modernizing agricultural practices and culture. Thus, in the case of ProSAVANA, one can consider that there is a discourse that technifies social relations, emptying all the difference present in the Nacala Corridor.

**Keywords:** Development. ProSAVANA. Discourse Analysis. Place.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Programas de “modernização da agricultura”: efeitos territoriais .....	21
Figura 2 – Corredor de Nacala e ProsAVANA .....	25
Figura 3 – Ilustração inicial do livro <i>Paralelos</i> .....	27
Figura 4 – Cerrado e savana, paralelos em comum .....	27
Figura 5 – Cartaz de divulgação em Macua .....	30
Quadro 1 – Organização do Plano Diretor do ProSAVANA .....	32
Figura 6 – Formações Ideológicas e Discursivas na AD de matriz francesa .....	36
Figura 7– Nuvem de palavras: termos recorrentes no Plano Diretor do ProSAVANA .....	42
Figura 8 – Parte de material de divulgação do ProSAVANA traz informações dos projetos em curso.....	48
Quadro 2 – FD desenvolvimentista e os saberes por ela mobilizados, proposta após análise do material .....	49
Figura 9 – Formações ideológicas e discursivas identificadas .....	50
Figura 10 – Apresentação do Corredor de Nacala pelo Plano Diretor .....	57
Figura 11 – Região prioritária para receber ações de “desenvolvimento” .....	59
Figura 12 – O lugar não está vazio .....	63
Figura 13 – “A agricultura no Corredor de Nacala nos dias de hoje”: folder do ProSAVANA .....	64
Figura 14 – “Visão do ProSAVANA para o desenvolvimento da agricultura no Corredor de Nacala”: folder do ProSAVANA .....	65

## LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

AAD	Análise Automática do Discurso
ABC	Agência Brasileira de Cooperação
AD	Análise do Discurso
ADECRU	Acção Académica Para O Desenvolvimento das Comunidades Rurais (Moçambique)
DUAT	Direito de Uso e Aproveitamento da Terra (Moçambique)
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
EMBRATER	Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural
FD	Formação Discursiva
FGV	Fundação Getúlio Vargas
FI	Formação Ideológica
JA!	Justiça Ambiental (Moçambique)
JBPP	Programa de Parceria Japão Brasil
JICA	Agência Japonesa de Cooperação Internacional
MASA	Ministério da Agricultura e Segurança Alimentar (Moçambique)
OMR	Observatório do Meio Rural (Moçambique)
PEDSA	Plano Estratégico do Desenvolvimento do Sector Agrário
POLOCENTRO	Programa de Desenvolvimento dos Cerrados
PRODECER	Programa de Cooperação Nipobrasileira para o Desenvolvimento dos Cerrados
ProSAVANA	Programa de Cooperação Tripartida para o Desenvolvimento Agrícola da Savana Tropical em Moçambique
SD	Sequência Discursiva
SNCR	Sistema Nacional de Crédito Rural
UFRGS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul
UNAC	União Nacional de Camponeses (Moçambique)

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO .....</b>	<b>13</b>
<b>2 O DESENVOLVIMENTO QUE VEM DE FORA: O PROSAVANA .....</b>	<b>18</b>
2.1 “MODERNIZAR” A AGRICULTURA: O PRODECER.....	19
2.2 A SAVANA VAI VIRAR CERRADO? .....	23
<b>2.2.1 Por que estudar o ProSAVANA? Considerações sobre o objeto empírico .....</b>	<b>28</b>
<b>3 O DISCURSO DO DESENVOLVIMENTO .....</b>	<b>33</b>
3.1 BUSCANDO SENTIDOS: SOBRE A ANÁLISE DO DISCURSO.....	33
3.2 O DESENVOLVIMENTO DESDE UMA MIRADA CRÍTICA.....	37
3.3 PROSAVANA: UM PROGRAMA PARA QUAL DESENVOLVIMENTO?.....	41
<b>4 A PRODUÇÃO DO LUGAR.....</b>	<b>52</b>
4.1 PROBLEMATIZANDO O “LUGAR” .....	53
4.2 BUSCANDO SENTIDOS: A PRODUÇÃO DO “VAZIO” E DO “ATRASO” .....	56
<b>5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>67</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>70</b>
<b>ANEXOS.....</b>	<b>75</b>

## 1 INTRODUÇÃO

No dia 28 de julho de 2012, um sábado, eu me formei em Jornalismo pela UFRGS, frustrada com as perspectivas profissionais e ciente das muitas lacunas na minha formação acadêmica e pessoal. Na segunda-feira, dia 31, cheia de dúvidas e inquietações, tive minha primeira aula como estudante de Ciências Sociais nesta mesma universidade, curso no qual ingressei via extravestibular (como diplomada). Hoje, deixo as carteiras do campus do Vale para trás com ainda mais incertezas do que há cinco anos atrás, mas imensamente satisfeita por isso: desconfiar das minhas certezas é um dos tantos dos ensinamentos deste curso que levarei comigo.

Durante esse período, entre teoria, militância, palestras e cursos frequentados, sempre procurei brechas para leituras descompromissadas de poesias e romances (embora a ideia de “descompromisso” possa ser questionada). Foi num desses momentos que, recentemente, fui arrebatada por Elena Ferrante. Dentre tantos pontos sensíveis de sua obra, há uma espécie de conceito que me tocou profundamente, quando a personagem Lila, ainda na infância, descreve o que ela chama de “desmarginação”: “as margens das pessoas e das coisas se dissolvem de repente” – quando os contornos entre pessoas e coisas se perdem, se confundem, é na fragmentação que é possível simplesmente sentir os mundos; “era todo um dissolver-se de matérias heterogêneas, um confundir-se e misturar-se”<sup>1</sup>.

Trago isto sabendo ser um tanto fora de contexto (e mesmo “não acadêmico”), pois foi assim que eu me senti tocada pelas Ciências Sociais: eu escapei às minhas próprias margens e, ao transbordar, perdi as minhas certezas. Isto é, este (per)curso me deslocou de muitas maneiras, algumas das quais ainda estou por dar-me conta. É desse espaço, da margem, sem nenhuma pretensão revolucionária, que escrevo este trabalho – o que talvez se reflita nas escolhas teóricas realizadas ao longo da pesquisa que aqui apresento. Encaro a feitura deste trabalho de conclusão, mais do que uma exigência *pró-forma*, como um exercício pessoal de organizar parte de minhas dúvidas, sem, com isso, encerrá-las.

Ao longo deste curso tive contatos com tantas discussões muito diferentes entre si, que até então me eram novas. Raça, Classe, Desigualdade, Instituições, Modernidade, Desenvolvimento, Alteridade... ainda que de forma um tanto inconsciente, buscava tecer um fio que as conduzisse – o que encontrei na ideia de “ambiente” amplo senso, que já era o meu grande interesse de pesquisa. Assim, ainda que a investigação apresentada, pareça não se

---

<sup>1</sup> Trechos recortados do livro *A Amiga Genial*, de Elena Ferrante (2015).

debruçar especificamente sobre uma questão ambiental, é a partir dessa inquietação que a pesquisa foi concebida – aqui, proponho pensar sobre o ambiente desde uma outra mirada, a partir do *desenvolvimento* e da *produção do espaço*.

Partindo do pressuposto que há uma conexão direta entre a forma como se concebe e se produz o ambiente (isto é, as relações entre Sociedade e Natureza) e o desenvolvimento que se propõe, este trabalho tem como tema o *desenvolvimento mobilizado em torno ao* projeto ProSAVANA, o Programa de Cooperação Tripartida para o Desenvolvimento Agrícola da Savana Tropical em Moçambique. Este projeto envolve os governos de Moçambique, Brasil e Japão e é inspirado no antigo PRODECER, o Programa de Cooperação Nipobrasileira para o Desenvolvimento dos Cerrados. Empiricamente, para este trabalho, proponho analisar os discursos contidos em documentos e dados acerca do projeto em variadas ordens do plano oficial/institucional: o Plano Diretor do acordo, datado de 2015, e o material de divulgação oficial do ProSAVANA (cartazes e folderes). Como co-textos<sup>2</sup>, incluo também outros textos e documentos (como reportagens e manifestos dos que se opõem ao ProSAVANA, por exemplo).

A escolha por tomar os discursos mobilizados pelo ProSAVANA como objeto empírico será sustentada no próximo capítulo, mas é sincero dizer desde já que as considerações aqui apresentadas podem ser encaradas como um deslizamento de uma investigação maior, que conduzo em paralelo. Também é sobre o desenvolvimento e o ProSAVANA que me debruço em meu trabalho de tese em Sociologia, realizado nesta mesma universidade, também sob orientação do professor Jalcione Almeida. Ainda que neste exercício seja mobilizado um referencial teórico e metodológico distinto, reconheço que as reflexões aqui empreendidas são, em grande medida, tributárias de debates realizados neste outro espaço.

De maneira semelhante, boa parte das observações que realizo neste exercício de pesquisa não seria a mesma sem o trabalho exploratório de campo, que realizei entre fevereiro e março de 2017 nas cidades de Maputo e Nampula, em Moçambique. Isto é, ainda que os documentos os quais observo sejam textos encerrados, que permitem apreensões de múltiplos sujeitos, considero que as condições de minha observação são outras – nem melhores, nem piores, apenas diferentes. Quando os lugares citados deixaram de ser pontos em mapas e se converteram, para mim, em cores, cheiros e terra, os sujeitos ganharam rostos, desejos e vozes tão peculiares, algo se produziu em mim. E é sob tal efeito que escrevo o trabalho que segue.

---

<sup>2</sup> Compreendo co-texto como aqueles textos que não fazem parte do *corpus* da pesquisa em questão, mas contribuem para a leitura dos discursos em análise por trazerem novos dados e, mesmo, contra-discursos.

Em tantas quantas forem as dimensões a serem pensadas, o cenário contemporâneo é de incerteza. Diante de instituições cada vez mais instáveis e da desconfiança constante provocada pelos avanços da tecnociência, as relações entre os sujeitos se alteram, assim como as próprias relações entre os sujeitos e seu entorno passam a ser colocadas em xeque. Isto é, vivemos um momento de crise, quer esta seja compreendida como crise ambiental (como sugerem algumas perspectivas realistas) ou como uma crise das representações, as quais já são insuficientes para lermos o mundo que se apresenta. Presenciamos, talvez, a falência do projeto moderno. Diante deste cenário, é urgente que repensemos nossas ações e anseios, sejam estes individuais ou coletivos.

Neste sentido, parece-me que questionar os rumos do “desenvolvimento”, e aqui o faço por meio do ProSAVANA – este termo tão polissêmico, que adapta-se a tantos quanto forem os interesses em jogo, é uma tarefa necessária. De forma semelhante, vejo urgência na crítica do desenvolvimento como solução para o “atraso” de determinados lugares, quando – penso – a própria ideia de atraso (e, portanto, de lugares “desenvolvíveis”) é absolutamente situada e carregada de pressupostos que não são, ou não deveriam ser, universais. É nesse sentido que interessa a construção discursiva do “vazio”: ao observar como esta noção é produzida e reiterada por fontes de discurso que compartilham de uma visão similar ou idêntica, parece-me interessante refletir sobre a carga ideológica impressa nos “vazios”, lugares os quais não têm sua legitimidade de existência reconhecida – é preciso preenche-los, ocupa-los com o “desenvolvimento”.

Assim, esta pesquisa pretende averiguar as Formações Discursivas (FD) empenhadas na repetição de tal ideia de “vazio”, pressupondo que um discurso que se apresenta como “novo” – pois emitido por fontes distintas, como a ciência (indicadores) ou os governos envolvidos (projeto piloto) – pode ser, desde a perspectiva da Análise do Discurso (AD), uma repetição do “mesmo”, do já-lá. Dessa maneira, a pesquisa busca contribuir para os Estudos Críticos do Desenvolvimento, acrescentando uma outra dimensão ao rol de trabalhos desse campo: trata-se de um estudo acerca de um projeto de “cooperação Sul-Sul”, que se quer distinto daqueles como os estudados por Escobar (2005), Ferguson (2005) e outros, que davam conta das relações “Norte-Sul”. Ao pensar a ideia de desenvolvimento conectada ao ambiente que se disputa, pretende-se também contribuir para a produção de conhecimento acerca da “questão ambiental” na Sociologia.

Neste contexto, o *objetivo geral* deste trabalho é analisar o discurso do ProSAVANA, por meio de seu Plano Diretor e material de divulgação, buscando os sentidos do desenvolvimento por ele mobilizados e a caracterização do espaço que receberá suas

ações. Parte-se do pressuposto, portanto, de que dados, indicadores e relatórios narram, mas também produzem um lugar específico. Para tanto, o trabalho está organizado, para além desta introdução, em mais três capítulos, cada qual com um objetivo específico. No capítulo a seguir apresento o ProSAVANA e o contextualizo a partir de uma breve retomada do processo de modernização da agricultura no Brasil, traçando paralelos deste programa com o PRODECER.

Tendo em vista o caráter eminentemente discursivo do desenvolvimento, este trabalho ampara-se nos Estudos Críticos do Desenvolvimento, especialmente naqueles inseridos no marco da “virada linguística” (FERGUSON, 2005; ESCOBAR, 2005). Em consonância com tal abordagem do desenvolvimento, a pesquisa “bebe” da Análise do Discurso (AD) de matriz francesa, especialmente por meio dos trabalhos de Michel Pêcheux e colaboradores. Aqui, entende-se a AD como referencial teórico e metodológico, visto que suas propostas de investigação oferecem também ferramentas analíticas (a identificação, por meio do texto, das Formações Discursivas e suas respectivas posições de sujeito, que indicam os sentidos possíveis do discurso). Assim, no terceiro capítulo do trabalho, apresento tal discussão teórica a fim de identificar as FDs sobre desenvolvimento presentes no Plano Diretor e no material de divulgação do ProSAVANA, que consistem no objeto empírico deste trabalho. Acho importante dizer que opto por manter as expressões conforme os encontro nos objetos empíricos de pesquisa, isto é, relatórios e material de comunicação do ProSAVANA. Embora não existam diferenças que impossibilitem a compreensão, insiro uma nota de rodapé na primeira ocorrência de cada termo pouco usual empregado. Justifico esta opção em duas dimensões: como um compromisso pessoal, demonstrando que levo meus interlocutores (humanos ou não) a sério; e academicamente. No plano da produção de conhecimento, há uma ampla discussão nas Ciências Sociais sobre “termos êmicos” (HOEBEL; FROST, 1995), na qual me inspiro nessa escolha, bem como esta se configura como uma estratégia ou premissa básica da AD, referencial aqui mobilizado – se a ideia é analisar o discurso, todo termo importa.

Já no quarto capítulo, o objetivo é problematizar, concebendo o lugar como sempre em aberto e pleno de sociedade(s) e natureza(s), a ideia de “vazio” enquanto espaço “desenvolvível”. Para tanto, nesta seção, mobilizo discussões acerca da ideia de “lugar”, em especial a partir da obra de Doreen Massey (2004; 2008), autora que permite compreender o espaço de forma relacional e não-estática: os lugares estão sempre em movimento, permitindo que trajetórias diversas se encontrem e se afetem, são, portanto, uma “multiplicidade de estórias-até-agora”.

Por fim, no último capítulo ensaio algumas considerações acerca deste exercício de pesquisa, sem com isso encerrar as inquietações que motivam este trabalho.

## 2 O DESENVOLVIMENTO QUE VEM DE FORA: O PROSAVANA

Em 17 setembro de 2009, reunidos em Maputo, representantes da Agência Japonesa de Cooperação Internacional (JICA), da Agência Brasileira de Cooperação (ABC) e do então o Ministério da Agricultura de Moçambique<sup>3</sup>, firmaram um grande acordo de “cooperação para o desenvolvimento”, com previsão de implementação ao longo de 20 anos (ver Anexo 1). Mais cedo, em julho daquele mesmo ano, durante a Cimeira<sup>4</sup> de Áquila, o ex-presidente Luis Inácio Lula da Silva e o então primeiro-ministro japonês Taro Aso haviam já assinalado a intenção de “promover o desenvolvimento da agricultura em Moçambique” (ABC, 2009, p. 1). Tal objetivo se justificava pelo histórico de relações entre Brasil e Japão, ratificado por meio do Programa de Parceria Japão Brasil (JBPP) em 2000: antes disso, entretanto, diversos acordos de cooperação já haviam sido firmados e realizados. Em 2007, no âmbito da JBPP (ABC, 2009), os países anunciaram o incremento da assistência para a África. Tendo em vista tal objetivo compartilhado, desta reunião em 2009 publicou-se um documento de nove páginas, o “*Memorandum de Entendimento sobre a Cooperação Triangular para o Desenvolvimento da Agricultura das Savanas Tropicais em Moçambique*”, que lançava as bases para iniciativas em diversas esferas a partir do que os países denominaram “Estudo Conjunto” (ABC, 2009). Nascia o ProSAVANA.

No documento, fica explícito que a iniciativa surge desde o “conhecimento acumulado” da parceria entre Brasil e Japão na experiência do Programa de Cooperação Nipo-Brasileiro para o Desenvolvimento Agrícola do Cerrado (PRODECER), cujas ações iniciaram na década de 1970 no centro-oeste brasileiro. Embora não compartilhe de uma postura etapista, para a qual o ProSAVANA seria uma versão “renovada” do PRODECER, penso que se faz necessário explorar brevemente a formação do meio rural brasileiro a partir do que ficou conhecido como “modernização conservadora da agricultura” (DELGADO, 2012; GRAZIANO DA SILVA, 1996; KAGEYAMA, 2008), mobilizando referências desde a Sociologia Rural (ou Sociologia das Ruralidades) para situar as suas bases ideológicas e seus efeitos. Esta revisão é apresentada na seção a seguir, onde apresento de forma mais detalhada o PRODECER e seu papel na configuração agrária brasileira. Num segundo momento, situo o ProSAVANA e suas pretensões, bem como aponto as reações que este

---

<sup>3</sup> A partir de 2015, quando iniciou a gestão do atual presidente, Filipe Nyusi, o Ministério da Agricultura (até então MINAG) passou a ser denominado Ministério da Agricultura e Segurança Alimentar de Moçambique (MASA). Embora a adoção de um novo nome/título seja indicativa de transformações na postura e finalidades do órgão, não cabe a este trabalho explorar mudanças nas plataformas de governo moçambicanas.

<sup>4</sup> Em português brasileiro, Conferência ou Cúpula.

programa tem suscitado na sociedade civil moçambicana, apoiada por entidades brasileiras e japonesas.

## 2.1 “MODERNIZAR” A AGRICULTURA: O PRODECER

Historicamente, no âmbito da agricultura, o desenvolvimento e a modernização se confundem: promove-se o desenvolvimento por meio de ações de modernização, as quais encontram sua referência primeira em nações “avançadas”. Isto é, produz-se o desenvolvimento em conjunto – e na negação/oposição – com seu reverso, o subdesenvolvimento. Daí, emerge também a solução, qual seja, a modernização das estruturas, em geral por meio da tecnologia.

A fronteira entre modernização e desenvolvimento foi na verdade sempre pouco clara. A primeira indica a capacidade que tem um sistema social de produzir a modernidade; o segundo se refere à vontade dos diferentes atores sociais (ou políticos) de transformar sua sociedade. A modernização é um *processo* e o desenvolvimento uma *política*. (ALMEIDA, 1997, p. 37 [grifos no original]).

Tendo isso em vista, ao discutir o desenvolvimento pretendido pelo ProSAVANA fica subjacente uma dimensão modernizante, tal qual processos que se espalharam mais ou menos globalmente no último século. No plano mundial, desde a década de 1940, decisões institucionais e avanços tecnocientíficos produziram uma transição da agricultura dita “tradicional” para outras formas, que visavam à alta produtividade. Este processo, que fica posteriormente conhecido como Revolução Verde, teve (e segue originando) efeitos distintos ao longo do tempo e do espaço: no Brasil, a partir dos anos de 1960, se traduziu em políticas que deram origem à “modernização da agricultura”, a qual, *grosso modo*, contribuiu para a crescente financeirização no campo (em detrimento de relações sociais e econômicas outras). Este processo foi determinado pela produção industrial e pelas transformações na esfera econômica, que subsidiaram novas tecnologias e formas de fertilizar, também forjando, assim, relações sociais distintas. Tais mudanças nas bases biológica, química e mecânica de cultivo foram fortemente promovidas pelo Estado, por meio da criação e implementação de políticas de crédito, extensão e pesquisa agropecuária.

Na tentativa de estabelecer um marco temporal, pode-se apontar a criação do Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR), em 1965, como o ato institucional primeiro<sup>5</sup> da

---

<sup>5</sup> Esta compreensão é apenas para fins de organização do texto e apresentação de momentos históricos e políticas públicas relevantes. Não se pretende aqui estabelecer uma linha temporal ou anunciar um “ato originário” da modernização, visto que, como em grande parte dos processos de longa duração, há controvérsias e dissensos

“modernização da agricultura” (DELGADO, 2012). Via SNCR, o Estado brasileiro financiava agricultores a fim de que estes atualizassem suas práticas de cultivo, isto é, adotassem maquinário (substituindo a tração animal), sementes “melhoradas” (híbridas, em substituição às crioulas) e fertilizantes químicos. Além disso, o crédito ofertado a baixas taxas de juros permitia a ampliação das áreas produtivas e mesmo fomentava a migração para outras regiões do país, em especial o cerrado. Tal crédito, contudo, não foi oferecido de forma igualitária: tinham prioridade produtores de grande ou média escala, em especial os situados nas regiões Sul e Sudeste, além de haver preferência por produtos específicos (notadamente os exportáveis, as ditas *commodities*).

Somam-se à distribuição de crédito, a criação de instituições nacionais de pesquisa e extensão, a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) e a Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMBRATER). A EMBRAPA foi instituída em 1973 e assumiu uma proeminência no cenário mundial: vinculada ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), a instituição hoje atua em vários países, sendo uma peça-chave da cooperação técnica brasileira, inclusive no caso do ProSAVANA. A EMBRATER, por sua vez, surgiu em 1974, com o objetivo de prestar assistência ao meio rural, disseminando conhecimento técnico (HOUTZAGER, 2004). Em 1990, num cenário global de políticas guiadas pelo neoliberalismo, a instituição foi extinta. Assim, quando da modernização da agricultura brasileira, enquanto a EMBRAPA pesquisava e produzia novas tecnologias com vistas à produtividade, a EMBRATER era responsável por difundir-las junto às comunidades e aos agricultores.

Assim, as iniciativas de modernização rural iniciadas na década de 1960 acabaram aprofundando ainda mais o fosso das desigualdades já presentes no mundo rural brasileiro: enquanto alguns produtores já privilegiados eram ainda mais beneficiados por políticas públicas, grande parte dos pequenos agricultores foi excluída do processo. Em função disso, convencionou-se chamar “modernização conservadora”, pois, mesmo que tenha transformado as bases produtivas, não alterou problemas históricos do meio rural, como a concentração fundiária e a desigualdade – do contrário, os radicalizou (DELGADO, 2012; GRAZIANO DA SILVA, 1996; KAGEYAMA, 2008).

---

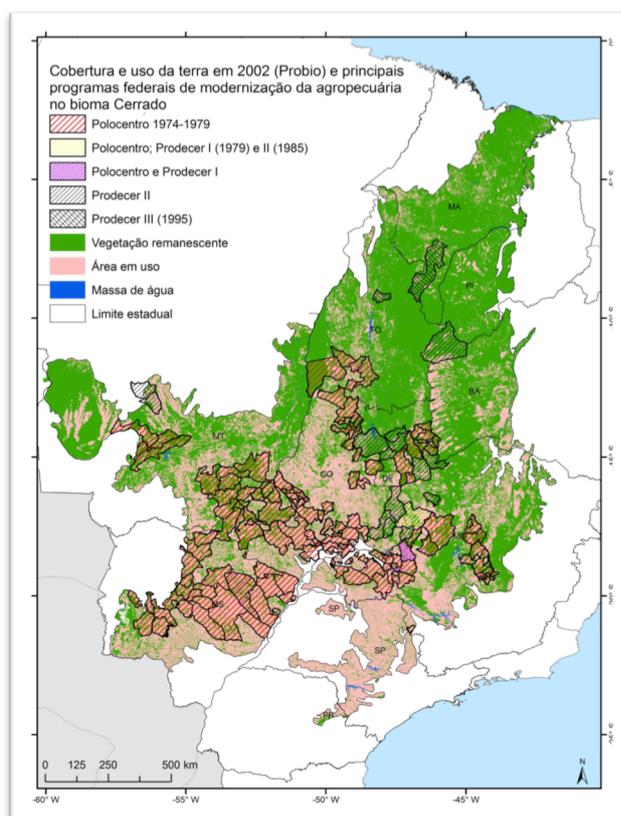
acerca dos acontecimentos centrais. Ademais, como compreendo a modernização da agricultura no Brasil em consonância com a Revolução Verde, os movimentos internacionais também são importantes, pois há sempre um diálogo (ou atravessamento) entre o local e o global.

Nesta perspectiva de modernização, baseada em crédito, extensão e pesquisa, diversas políticas integravam este tripé, a fim de “desenvolver” territórios específicos. É, o caso, por exemplo, do PRODECER, programa que dá origem/inspira o ProSAVANA:

Modernizar era a palavra-chave para se alcançarem os objetivos do desenvolvimento, mais econômico do que propriamente social. No contexto do Cerrado, dois grandes projetos foram responsáveis pela produção e apropriação desse território: o POLOCENTRO (Programa de Desenvolvimento dos Cerrados) e o PRODECER (PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DOS CERRADOS/PROJETO JICA), sendo este último que provocou mais discussões e reflexões sobre sua implantação. (SALAZAR PESSÔA; INOCÊNCIO, 2014, p. 2).

O PRODECER, em linhas gerais, foi um programa organizado em fases, cada uma abrangendo territórios e objetivos distintos. Fruto de um acordo entre Brasil e Japão, a parceria se explica em termos econômicos: enquanto ao Brasil, no âmbito da modernização da agricultura, interessava ocupar áreas “vazias” aumentando a produtividade nacional, ao Japão era conveniente uma maior oferta de grãos no mercado internacional – o que, de fato, aconteceu. O programa, que misturava capital público e privado, foi responsável pela ocupação de cerca de 345 mil hectares do cerrado brasileiro (SALAZAR PESSÔA; INOCÊNCIO, 2014). A Figura 1 a seguir apresenta a colonização do território durante as fases do PRODECER.

**Figura 1** – Programas de “modernização da agricultura”: efeitos territoriais



Fonte: SILVA (2013, p. 18).

Conforme a imagem apresenta, fica evidente o processo de colonização do cerrado, que se amplificou ao longo das décadas de 1970, 80 e 90, fomentado por programas com tal objetivo. O PRODECER, observado desde o conjunto de iniciativas em curso quando da “modernização da agricultura”, talvez seja uma síntese deste processo, que acentuou as profundas desigualdades na estrutura social em prol de uma agricultura “de mercado”.

Assim, com a implementação do PRODECER, veículo criado e “motorizado” pela fusão capital/Estado, os “hábitos” de cultivo dos solos do Cerrado foram drasticamente alterados, bem como foi acentuado o processo de expropriação do pequeno produtor rural. Este programa teve a maior abrangência entre todos os outros que visavam à ocupação do Cerrado, pois tornou tecnicamente viável a inserção deste território no circuito produtivo capitalista. (SALAZAR PESSÔA; INOCÊNCIO, 2014, p. 14).

O PRODECER, nesta abordagem, impulsionou a visibilidade do Brasil como um grande produtor de *commodities* – dentre outros programas a ele assemelhados. Todavia, o acordo também invisibilizou (ou produziu) contradições como aquelas que permitiram a exclusão de parte da população camponesa<sup>6</sup>, marginalizando-a. Neste mesmo sentido, defende Fleury (2008):

Em síntese, pode-se afirmar que através desses programas – associados à pesquisa agropecuária, à assistência técnica e à implantação de infra-estrutura, assumida em termos de custos e execução quase que integralmente pelo poder público – o Estado provinha à iniciativa privada os mais diversos fatores que incentivavam sua instalação na região do Cerrado, reduzindo não só o nível de investimento necessário, como o próprio risco do investimento (RIBEIRO, 2005). *É precisamente dentro desse contexto que emergem as características que vieram a configurar o atual sistema agrário predominante no Cerrado.* (FLEURY, 2008, p. 40 [grifos acrescidos]).

Assim, o que parece importante destacar é que a atual configuração do campo no Brasil não é fortuita, mas uma produção das políticas públicas e estratégias de desenvolvimento de outrora<sup>7</sup>. Diversos analistas têm apontado para uma crise ecológica e social gestada por esse processo de “modernização da agricultura” que fomentou o ideal da produtividade e do cultivo em grande escala, promovendo, assim, a desigualdade, o êxodo rural e a depredação da natureza.

O modelo de ocupação territorial promovido por estas políticas/programas está calcado na grande propriedade e, em geral, nos monocultivos – características que sugerem a

---

<sup>6</sup> Ciente de que “camponês” é um conceito ao mesmo tempo caro e contraditório às ciências sociais, cabe dizer que neste trabalho não utilizo o termo desta maneira, mas o adoto como êmico. Isto é, em Moçambique, os atores sociais se definem enquanto *camponeses*, não como *agricultores*; mesmo suas associações são assim denominadas: União Nacional de Camponeses (UNAC), União Provincial de Camponeses (UPC), entre outras.

<sup>7</sup> Destaque-se que não defendo uma relação simplesmente causal, mas vejo que o processo de “modernização da agricultura” não pode ser sublimado nesta discussão.

adoção de certos pacotes tecnológicos que “facilitem” a produção, isto é, o uso intensivo de agrotóxicos, fertilizantes químicos e sementes “melhoradas” (híbridas ou mesmo geneticamente modificadas). Com isso, os efeitos sobre a natureza são negativos: os monocultivos e seu aparato tecnocientífico contribuem para a redução da biodiversidade, o que pode levar à extinção da fauna e flora nativas (PORTO-GONÇALVES, 2012). Além disto, a obtenção de grandes áreas cultiváveis se deu também por meio de queimadas e desmatamento, quando não de conflitos violentos a fim de expropriar populações e sujeitos não desejados pelo “desenvolvimento” (como é o caso de camponeses, por exemplo). Em relação a este último ponto, cabe observar que a “modernização da agricultura” alterou as próprias dinâmicas populacionais: se, em 1940, cerca de 68,7% da população era rural, este número atingiu apenas 18,8% nos anos 2000 (KAGEYAMA, 2008).

Sem perder de vista estes efeitos nefastos do empreendimento/processo hoje denominado “modernização da agricultura” e, neste sentido, do próprio PRODECER, chama a atenção a apreciação feita por Rossi (2015): “A proposta do Brasil e do Japão é atualizar a experiência do PRODECER em Moçambique. Para as organizações camponesas locais, o histórico brasileiro é mais um problema do que uma vantagem.” (ROSSI, 2015, p. 235). Isto é, para a sociedade civil moçambicana (e brasileira), a semelhança do ProSAVANA com o PRODECER assusta: num país onde 70% da população é rural e depende da terra para seu sustento (ROSSI, 2015; SCHLESINGER, 2013), as consequências (diretas e indiretas) do programa brasileiro não passam despercebidas.

Assim, tendo realizado uma retomada sobre o PRODECER, seu contexto e seus efeitos, na seção a seguir apresento o ProSAVANA.

## 2.2 A SAVANA VAI VIRAR CERRADO?

Dadas suas condições climáticas e geomorfológicas privilegiadas, a região norte de Moçambique sempre foi palco de disputas por terra para fins agrícolas, intensificadas quando da reforma agrária do país fronteiriço, o Zimbabwe<sup>8</sup>. Recentemente, no contexto da corrida global à terra nos anos de 2008 e 2009, a região passa a abarcar novos conflitos (SERRA; CARRILHO, 2013). No caso deste país, não apenas a iniciativa privada, por meio de

---

<sup>8</sup> Foge ao escopo deste trabalho elaborar uma linha histórica dos usos da terra em Moçambique. Sobre este assunto, a obra de Serra e Carrilho (2013) é indicada, além de publicações do Observatório do Meio Rural (OMR) moçambicano, disponíveis em: <<http://omrmz.org/omrweb/>>. Acerca da reforma agrária no Zimbabwe, um processo radical icônico, algumas referências podem ser encontradas no trabalho de Coelho (2015).

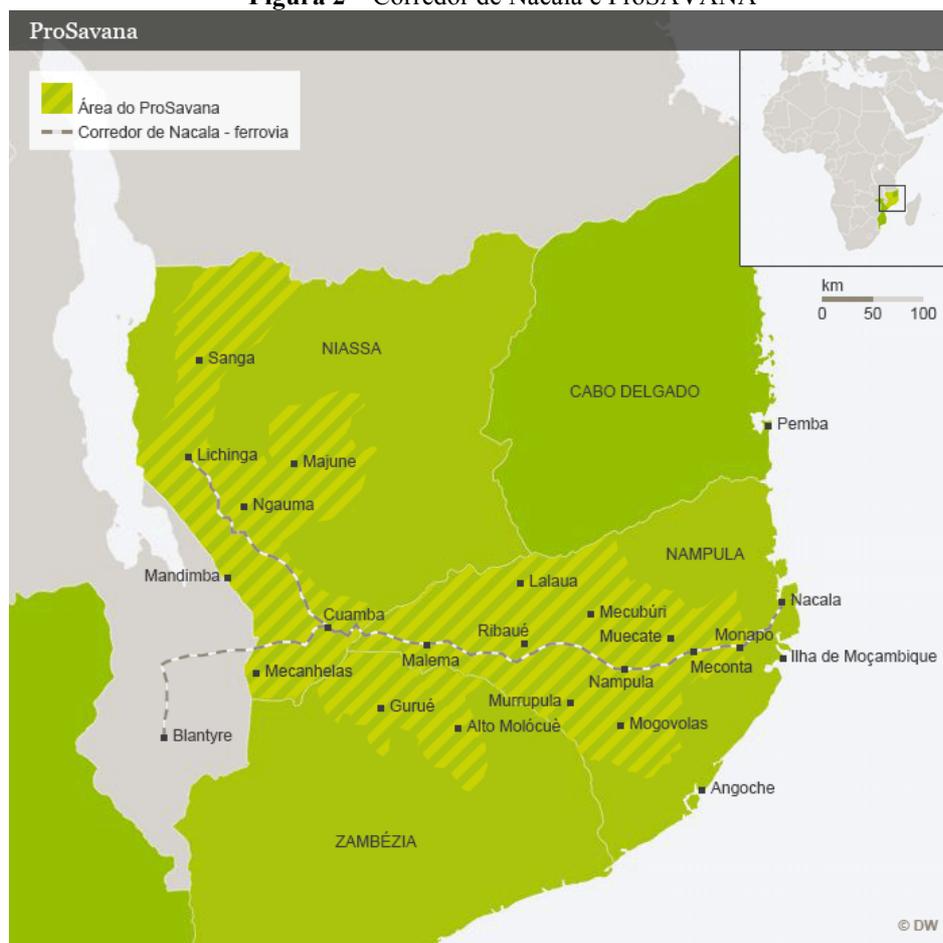
investidores do agronegócio, mas também o próprio Estado contribuem para um novo arranjo territorial na medida em que incentivam grandes projetos agrícolas desde a via da cooperação internacional. Por meio do Plano Estratégico do Desenvolvimento do Sector Agrário (PEDSA), documento que define as diretrizes para o desenvolvimento da agricultura no país por uma década, Moçambique explicita seus anseios para o setor, já que atualmente 70% da população vive em zonas rurais e 80% tem na agricultura sua fonte de sustento (SANTARELLI, 2016).

No seu novo PEDSA, o governo quer incentivar mais o produtor moçambicano de pequena e média escala. No entanto, é evidente que ainda há tendências para apostar nos grandes investimentos para resolver o problema de terras não utilizadas, e, recentemente, o processo de grandes concessões iniciou-se outra vez (...). (TANNER, 2013, p. 130).

Este documento, como fica explícito no excerto acima, traz em si ambiguidades, visto que “produtores” de distintos portes são “priorizados”, de modo que diferentes perspectivas de “desenvolvimento” buscam ser abarcadas, o que pode levar a um choque de racionalidades.

Na segunda metade da década de 1990, Moçambique inaugurou a “era” dos Corredores de Desenvolvimento, isto é, “corredores logísticos” que atravessam o país, interligando-o. Misturando capital público e privado, tais corredores contam com conexões por linha férrea até a cidade portuária mais próxima, a fim de escoar a produção interna e conectar as comunidades. O primeiro deles, o Corredor de Maputo, foi lançado em 1996, seguido, em 1997, pelo anúncio do Corredor de Nacala, que abrange o Norte do país e dá conta de cerca de 14 milhões de hectares.

É neste contexto, que envolve imbróglis entre o setor público e privado de distintos países, permeados por processos de desterritorialização de populações rurais, que surge o ProSAVANA, abrangendo três províncias e 19 cidades. A região de sua atuação, sobrepondo-se ao Corredor de Nacala, pode ser melhor observada na Figura 2 a seguir.

**Figura 2 – Corredor de Nacala e ProSAVANA**

Fonte: Deutsche Welle (disponível em: <goo.gl/8oHQFw>. Acesso em: 14 jun. 2017).

Em 2009, como já mencionado, representantes do Brasil, Japão e Moçambique assinaram o acordo que deu origem ao projeto. Conforme Zanini (2017, p. 160), “O ‘Memorandum’, em nove páginas, deixava clara a divisão de tarefas: Moçambique entrava com a terra, o Japão com o grosso do financiamento e o Brasil com a parte técnica. (...) O diagnóstico sobre a situação da agricultura moçambicana era devastador.”. Assim, já neste primeiro documento, são mobilizados dados que justificam a implementação do ProSAVANA: cerca de 25 milhões de pessoas vivem em zonas rurais, ocupando lavouras de no máximo dois hectares – “Do vasto potencial agrícola do país, apenas 4% das terras estavam sendo utilizados. O espaço de crescimento, portanto, era gigantesco, e precisava ser aproveitado.” (ZANINI, 2017, p. 161). Mas, mais do que dados que o justifiquem, é importante notar que já nesse “Memorandum” constam alguns dos objetivos do programa, como explica Santarelli (2017, p. 120):

Esse documento deixa claras algumas perspectivas que vão orientar as diretrizes gerais do Programa: i) o Cerrado e o Prodecer como referência para o

desenvolvimento da Savana moçambicana; ii) a contribuição para a segurança alimentar não apenas local, mas também global; iii) a introdução de técnicas modernas e a ampliação de investimento financeiro como estratégias para o aumento da produtividade; iv) a ideia de novos modelos de agricultura, sustentáveis e voltados para o mercado.

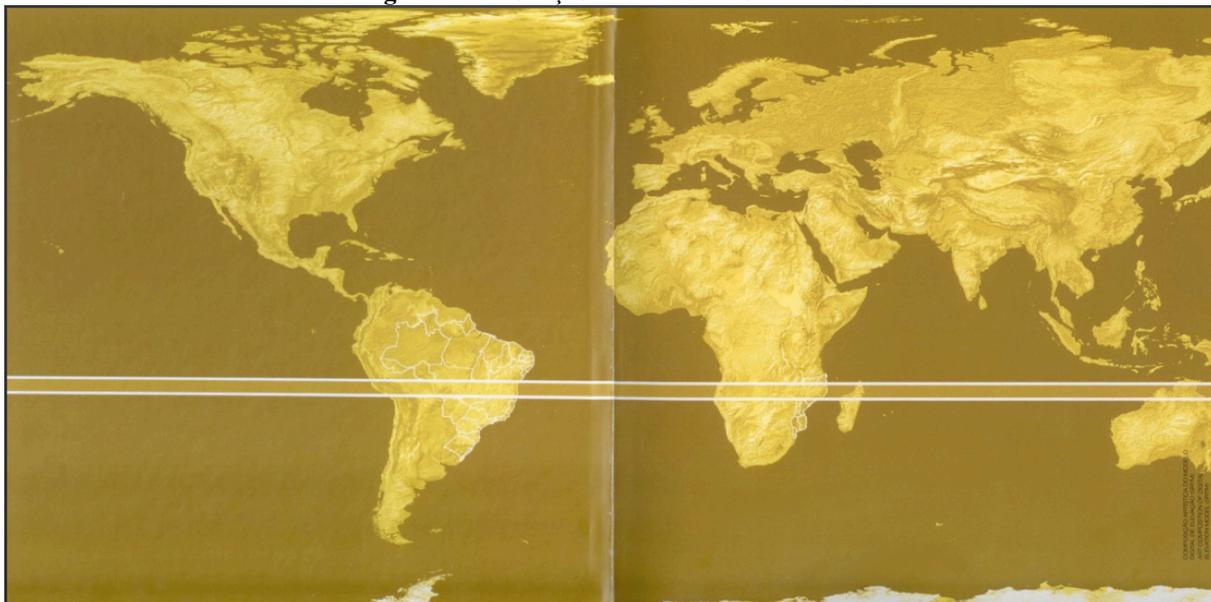
Observando especialmente o primeiro ponto salientado pela autora, ressalto que, dentre as justificativas para esta parceria tripartite, costumeiramente evidencia-se a experiência de “sucesso” no caso do PRODECER, cujas iniciativas teriam contribuído para alçar o Brasil ao ranking dos maiores exportadores de *commodities* agrícolas (NAÇÕES UNIDAS, 2015). Este reconhecimento de que o programa teria atingido suas metas fica patente, como Santarelli (2016) menciona, já no Anexo do “Memorandum de Entendimento sobre a Cooperação Triangular para o Desenvolvimento da Agricultura das Savanas Tropicais em Moçambique”:

O Programa de Cooperação Brasil-Japão para o Desenvolvimento Agrícola dos Cerrados Brasileiros, iniciado na década de 1970, implementou por cerca de 20 anos, projetos de Cooperação Técnica e de Cooperação Financeira, contribuindo enormemente não só para o desenvolvimento do interior do Brasil mas, também, para equilibrar a oferta e procura de alimento a nível global através do aumento da produção de alimentos. Por meio do desenvolvimento agrícola dos cerrados, o Brasil detém hoje vasto conhecimento relacionado ao desenvolvimento agrícola sustentável em zonas de savanas tropicais. (...) [Um estudo conjunto] constatou que há muitos pontos de semelhança entre o Cerrado Brasileiro e a Savana Tropical de Moçambique e que existem muitos exemplos de técnicas agrícolas que podem lhes servir de referência. (ABC, 2009, p. 2).

Assim, o “sucesso” do PRODECER é acionado para defender uma semelhança entre os dois programas: “Espera-se que o conhecimento acumulado através do Desenvolvimento do Cerrado Brasileiro contribua para a melhoria da produtividade agrícola das Savanas Tropicais Africanas, através de técnicas de correção do solo ou da introdução de variedades adequadas de diferentes culturas.” (ABC, 2009, p. 3).

Entretanto, o PRODECER só pode ser acionado como um modelo de sucesso a ser seguido em função de supostas características compartilhadas entre os territórios compreendidos por estes grandes projetos: as áreas abarcadas se situam em posição análoga no globo terrestre, entre os paralelos 13oS e 17oS. Essa questão é abordada de forma pioneira ainda em 2010 (antes, portanto, dos primeiros projetos do ProSAVANA), por uma publicação de nome sugestivo: *Paralelos* (BATISTELLA; BOLFE, 2010). Nesta obra, editada pela EMBRAPA, são apontadas as semelhanças geográficas entre a savana e o cerrado, como fica ilustrado na Figura 3 a seguir.

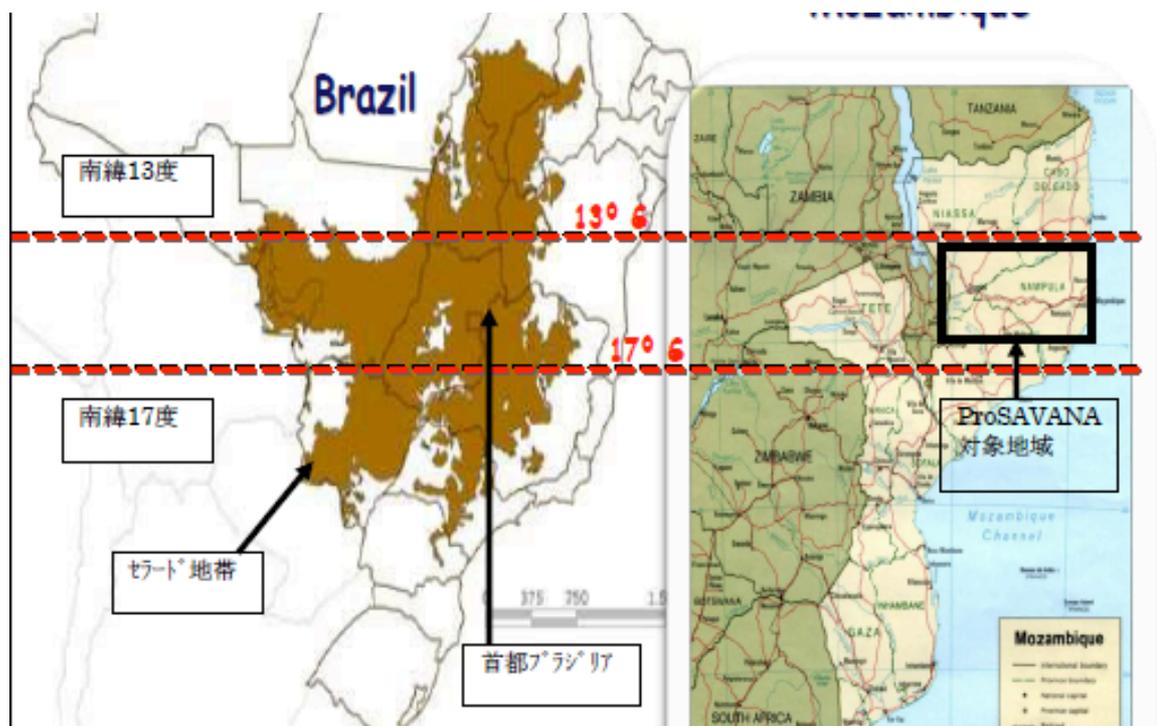
Figura 3 – Ilustração inicial do livro *Paralelos*



Fonte: Batistella; Bolfe (2010, p. 2-3).

Este argumento das similitudes geográficas é recorrente na argumentação favorável ao ProSAVANA e imagens neste sentido são amplamente exploradas (ver Figura 4).

Figura 4 – Cerrado e Savana, paralelos em comum



Fonte: GRAIN (adaptado de <goo.gl/mQhyzQ>. Acesso em: 14 jun. 2017).

Explora-se a ideia de que estes paralelos compartilhados trariam consigo outras similitudes: os biomas, regime de chuvas e índices de produtividade dos locais são ou poderiam ser os mesmos (SANTARELLI, 2016). Assim, a região abrangida pelo ProSAVANA é lida quase que como uma extensão do cerrado, estando “apta” ao mesmo tipo de ocupação hoje registrado:

No norte de Moçambique, o Corredor Nacala é uma das mais promissoras fronteiras agrícolas da África. As características são parecidas às do cerrado, a começar pelo regime de chuva, concentrado entre dezembro e início de março. O solo moçambicano é argiloso e retém bastante água, o que o torna muito nutritivo. Dadas as semelhanças entre as duas regiões, o interesse do agronegócio brasileiro por essa zona até que tardou muito. O Corredor Nacala tem acesso muito mais fácil a portos, que ficam a 400 km de distância, contra 2.000 km no caso do cerrado brasileiro. Mais importante, Moçambique está muito mais próximo dos novos mercados consumidores da Ásia do que o Brasil. (ZANINI, 2017, p. 158-159).

Na perspectiva observada, cerrado e savana compartilhariam uma mesma “natureza”. Parece-me interessante a mobilização deste argumento geográfico, portanto “científico”, que homogeneiza a natureza por meio de artefatos (neste caso, mapas) – como se a existência de paralelos não fosse também, ela, uma produção. Esta questão foi melhor explorada num trabalho anterior<sup>9</sup> e será retomada no capítulo 4 deste trabalho.

Como esta seção procurou demonstrar, o ProSAVANA se apresenta como um grande programa de desenvolvimento. Ainda que o projeto seja relativamente recente (a maior parte de suas ações ainda sequer iniciou), diversos estudos têm se dedicado a ele, pelos mais diferentes ângulos e abordagens teóricas. Sendo assim, Almeida (2016), Aragão (2016), Classen (2013), Mosca e Bruna (2015) e Santarelli (2016) são alguns dos autores – brasileiros, japoneses e moçambicanos – nos quais me inspiro e com os quais pretendo dialogar neste trabalho.

### **2.2.1 Por que estudar o ProSAVANA? Considerações sobre o objeto empírico**

Neste trabalho, o intento é analisar como dados, indicadores e relatórios elaborados por fontes promotoras do ProSAVANA – este compreendido enquanto grande projeto de desenvolvimento – constroem sentidos acerca do espaço a ser contemplado por ações do programa, narrando, mas também *produzindo*, um lugar específico. Para tanto, buscarei

---

<sup>9</sup> Propus essa discussão em texto intitulado “Desenvolvimento e mononatureza: o caso do ProSAVANA em Moçambique”, ainda não disponível online. O mesmo foi apresentado no Seminário Perspectivas de Natureza, realizado na Universidade de São Paulo (USP), em junho de 2017.

identificar as Formações Discursivas sobre desenvolvimento presentes no material de divulgação do ProSAVANA. Assim, o *corpus* da pesquisa é o discurso (mais especificamente, as Sequências Discursivas selecionadas), recortado de um objeto empírico delimitado, que aqui denomino “material de divulgação” e o Plano Diretor atualizado. Todos os documentos serão analisados em sua versão em língua portuguesa.

Como material de divulgação entendo os documentos que constam no site oficial do programa, disponibilizados na seção “Estratégia de Comunicação do ProSAVANA”<sup>10</sup>. Esta pasta inclui um cartaz e um folheto, além de um folder geral sobre os projetos e uma “Mensagem Chave”. São peças de linguagem simples, divulgadas a partir de 2013, que vêm sendo distribuídas na região do Corredor de Nacala (SANTARELLI, 2016). Todo este material foi produzido pelo MASA moçambicano, embora as parcerias com Brasil e Japão sejam citadas.

Em relação aos idiomas, cabe dizer que, embora a língua oficial de Moçambique seja o português, há cerca de 20 outras línguas utilizadas<sup>11</sup>, principalmente em situações cotidianas e menos formais. Dentre elas, destaco a Macua (Makhuwa ou EMakhuwa), pertencente às línguas do grupo bantu, falada pelo povo Macua, o grupo étnico mais numeroso do país, situado especialmente na região do Corredor de Nacala. Como diversos sujeitos não têm conhecimento suficiente da língua portuguesa, a comunicação do programa empregou os idiomas locais<sup>12</sup> em parte de seu material de divulgação – um exemplo é o cartaz apresentado na Figura 5<sup>13</sup>.

---

<sup>10</sup> O material pode ser conferido no endereço: <<http://www.prosavana.gov.mz/portfolio-items/estrategia-de-comunicacao-do-prosavana/?lang=pt-pt>>. Acesso em: 10 abr. 2017.

<sup>11</sup> O país reconhece a existência de 22 línguas; entretanto, o inventário realizado pelo *Ethnologue* (<<https://www.ethnologue.com/country/MZ/languages>>) dá conta de 43 línguas. Há uma discussão interessante acerca da questão da diversidade linguística do país: pesquisas indicam que 90% da população moçambicana prefere utilizar outras línguas que o português: <<http://br.rfi.fr/africa/20160221-portugues-e-idioma-oficial-democambique-mas-90-da-populacao-prefere-outras-linguas>>. Acesso em: 5 jul. 2017.

<sup>12</sup> Além do português, há versões do cartaz e do folheto em Lomwe, Macua e Yaawo, línguas utilizadas na região em que se situa o Corredor de Nacala,

<sup>13</sup> Também Zanini (2017, p. 161) destacou esta estratégia do ProSAVANA: “Também distribuíram folhetos em português e línguas locais com ilustrações mostrando famílias em condições precárias antes da chegada do programa e felizes e com acesso à tecnologia após sua implementação.”.

Figura 5 – Cartaz de divulgação em Macua

**ProSAVANA**

**Muteko w'olima mahiku a vano mmittethe-ni s'ephiro y'oNakhala**

**Etthu ProSAVANA enivar'awe mpuwa mwa miteko s'olima sa mittethe s'ephiro y'oNakhala**

**Itthu ProSAVANA sinupuwel'awe ovara wira onnuwihe muteko woolima mmittethe-ni s'ephiro y'oNakhala**

Mwaha wowaacererya miteko soolima ni oreeriba mikhaliheryo sa makhalelo a okumi wa anammawaani a mittethe s'ephiro y'oNakhala. Quer saber mais sobre o ProSAVANA?

Mulavule ni:  
 Namuteko onkhaliherya olima  
 Miteko soolima sa m'imatistrunani  
 Edirecção Provincial Ya Mitheko Soolima

Mopora xeni: \_\_\_\_\_

PROJECTO SA  
 NI MUKHALIMERYO BIA  
 JICA  
 ABC

Fonte: ProSAVANA (disponível em <goo.gl/vXSJ2W >. Acesso em: 19 jun. 2017).

Já o Plano Diretor em análise diz respeito à publicação de 2015, posterior aos primeiros anúncios de relatórios, divulgados em 2013. Classen (2013) analisa o discurso do acordo e do primeiro Plano Diretor indicando a premência de relações históricas entre Brasil e Japão, bem como sugerindo um reposicionamento do ProSAVANA, o que fica explícito com o lançamento desta segunda versão. Assim, estes são documentos distantes temporalmente e também em suas premissas, sendo o último uma reação às críticas de parte da sociedade civil.

Levantaram-se preocupações sobre a ocupação da terra, a entrada de grandes agricultores, as tecnologias intensivas em capital, os impactos sociais e ambientais, a prioridade das exportações, entre outros aspectos. A escassa e difícil comunicação com os governos e agências de cooperação respectivas contribuiu para o extremar dos posicionamentos e o não-entendimento e dificuldade de diálogo entre as partes. Nesse sentido, a pressão da sociedade civil contribuiu para a reformulação do conceito inicial tal como surge agora no PD [Plano Diretor], não obstante a persistência de dúvidas e desconfianças. (MOSCA; BRUNA, 2015, p. 12).

O Plano Diretor em análise conta com 204 páginas, divididas em oito capítulos. As páginas não são numeradas de forma contínua, mas da maneira seguinte: a cada capítulo inicia uma nova contagem. Por exemplo, o capítulo 1 encerra em 1-7 e o capítulo 2 começa em 2.2 se estendendo até a página numerada como 2-42. Em citações e também ao referenciar SDs em análise, seguirei a forma de paginação empregada pelo documento. No Quadro 1 a seguir, uma tentativa de sistematização dos capítulos do Plano Diretor e uma caracterização de seu conteúdo (em linhas gerais).

**Quadro 1** – Organização do Plano Diretor do ProSAVANA

<b>Capítulo</b>	<b>Principais questões abordadas</b>
1 Introdução	Princípios que guiam o programa, metas e objetivos
2 Análise dos actuais desafios e potencial de desenvolvimento agrário	A caracterização da região do Corredor de Nacala na atualidade
3 Conceitos básicos do Plano Director de desenvolvimento agrário do Corredor de Nacala	Explora, a partir da caracterização realizada no capítulo anterior, o que pretende o ProSAVANA, retomando os objetivos e metas já mencionados no primeiro capítulo
4 Produtividade agrária	Apresenta estudos e cenários com foco no “aumento da produção e produtividade e competitividade da agricultura e sua contribuição para a segurança alimentar e nutrição adequada”. Discute desenhos de cinco metas prioritárias: 1) Aumento da produção agrária; 2) Melhoria do sistema de assistência técnica; 3) Melhoria do acesso a insumos; 4) Melhoria do acesso ao financiamento/crédito; 5) Desenvolvimento da irrigação
5 Acesso ao mercado	Capítulo mais extenso, é dedicado ao diagnóstico do (escasso) acesso aos mercados compradores na atualidade, bem como desenha possíveis soluções e cenários para ampliar os mercados
6 Recursos Naturais	Discussão sobre a questão da terra e do Direito de Uso e Aproveitamento da Terra (DUAT). De forma secundária, discute a questão da água e o potencial de irrigação da área. Sobre preservação ambiental amplo senso, apenas apresenta a legislação em vigor em Moçambique
7 Instituições	Apresenta estratégias para o “fortalecimento institucional e desenvolvimento de capacidades”, citando organizações estatais e de produtores, além de discutir temas transversais (como infraestrutura necessária)
8 Plano de implementação, monitoria e avaliação	Esquematiza a discussão explorada ao longo dos capítulos anteriores, apresentando diretrizes e previsões para implementação, monitoramento e avaliação das ações

Fonte: elaborado pela autora.

O referencial teórico-metodológico que guia este exercício de investigação é a Análise do Discurso (AD) de matriz francesa: dentre os procedimentos de pesquisa, para fins de organização do material, emprego o *software* NVivo® 11, criando categorias de pesquisa nas quais codifico trechos dos documentos. No capítulo a seguir exploro as bases teórico-metodológicas da AD e suas conexões com a perspectiva de desenvolvimento aqui mobilizadas.

### 3 O DISCURSO DO DESENVOLVIMENTO

Neste capítulo o objetivo específico é identificar as Formações Discursivas sobre desenvolvimento presentes no material de divulgação do ProSAVANA, isto é, no Plano Diretor do programa e nos cartazes e folhetos oficiais. A fim de cumprir este objetivo, num primeiro momento abordo algumas das especificidades da Análise do Discurso de matriz francesa e suas aplicações neste trabalho. Num segundo tópico, abordo a questão do desenvolvimento, em especial pela via dos Estudos Críticos do Desenvolvimento, movimento teórico que busca compreender o próprio desenvolvimento como uma construção discursiva. Feito este movimento, trago, já em caráter analítico, algumas considerações acerca desta produção de sentidos no objeto estudado – o Plano Diretor e o material de divulgação do ProSAVANA.

#### 3.1 BUSCANDO SENTIDOS: SOBRE A ANÁLISE DO DISCURSO

Pensar a língua, até em torno da década de 1970, equivalia a ponderar em termos de uma estrutura, em geral fechada, de significantes e significados: o estruturalismo, cujo fundador e maior expoente na linguística é Ferdinand de Saussure, sugeria uma análise sincrônica do “sistema de signos”, não adotando o historicismo característico das ciências sociais, notadamente da crítica marxista. Neste período, o estruturalismo adentra também na grande área das Humanidades e um amplo diálogo com obras de Saussure pode ser observado – talvez o caso mais evidente seja Lévi-Strauss, autor o qual toma emprestada a noção de signo da linguística saussuriana. Saussure (1977) tem o mérito de reconhecer a importância da linguagem como um agente estruturador do sujeito, de forma que contribuiu para a emergência de uma “virada linguística”, movimento que marca o pensamento social do século XX.

Tendo em vista essa “onda” estruturalista, em meados dos anos 1970 parte da comunidade acadêmica passa a buscar outras formas de pensar a língua, para além de seu caráter sistêmico, passando a dialogar com referenciais teóricos até então desconectados. Discordando radicalmente da premissa de que a língua é transparente (pois percebiam uma multiplicidade de sentidos possíveis para um único termo), teóricos como Michel Foucault, Jacques Derrida e Michel Pêcheux passam a incorporar as condições de produção do discurso e refletir sobre o sujeito que discursiviza - noutros termos, retomam a historicidade da língua.

Este conjunto de reflexões se desdobrou no que chamamos, amplo senso, de Análise do Discurso. Ainda que as contribuições deste pós-estruturalismo de vertente francesa guardem semelhanças entre si, neste trabalho opto por mobilizar as propostas de Michel Pêcheux e seus colaboradores, de forma que não exploro as particularidades e potencialidades analíticas de outros teóricos do discurso.

Na perspectiva de Pêcheux, a AD se funda no entrelaçamento entre três grandes teorias (pelo autor revisitadas): a linguística, a psicanálise e o materialismo histórico. Da linguística, a AD questiona o corte epistemológico saussuriano (INDURSKY, 2005), sugerindo o discurso – e não a língua – como o objeto de análise. Isto é, com Pêcheux, a língua não mais pode ser compreendida pela sua transparência sistêmica, mas sim pela opacidade que permite múltiplos sentidos, seus deslizamentos e deslocamentos. Não interessa, portanto, a organização do discurso, mas sua ordem: a língua, para a AD, é o lugar material onde se realizam os efeitos de sentido (PÊCHEUX; FUCHS, 1993). Assim, ao tomar o discurso enquanto processo (e não produto), o sujeito adquire um estatuto diferenciado daquele proposto pela linguística estrutural – daí a influência da psicanálise, em especial a de corte lacaniano. O sujeito convocado pela AD é um sujeito que não está na origem do dizer, pois é duplamente afetado – pessoal e socialmente. Ou seja, é um sujeito que se pretende uno e dono de seu dizer, ao passo que é incompleto, contraditório, heterogêneo, não linear: se pretende centro, mas está/é na margem. Mas a contraditoriedade e suas lacunas, para a AD, não são problemas, mas potências: “Assim, numa relação dinâmica entre identidade e alteridade, o sujeito é ele mais a complementação do outro.” (GRIGOLETTO, 2003, p. 52). Ou seja, é um sujeito histórico, ideológico, mas que ignora que é afetado pelo inconsciente. É interpelado pela ideologia, mas não sabe disso (INDURSKY, 2008).

É justamente na categoria ideologia que se revela a influência do materialismo histórico na AD<sup>14</sup>, em especial da obra de Louis Althusser. Para este autor, a ideologia não é uma “falsa consciência”, mas uma estrutura que produz (e reproduz) as relações de produção/de poder na sociedade (1996). Desta forma, a ideologia está sempre “lá” e por meio dela que os indivíduos são *interpelados enquanto sujeitos*: “[...] não existe ideologia, exceto pelo sujeito e para sujeitos. O que significa: não existe ideologia a não ser para sujeitos concretos, e essa destinação da ideologia só é possível pelo sujeito, ou seja, pela categoria de sujeito e seu funcionamento.” (ALTHUSSER, 1996, p. 131). A ideologia, portanto, não reside apenas no mundo simbólico/das ideias, mas tem uma existência real, concreta, Pêcheux, ao

---

<sup>14</sup> Esta questão se explica, em parte, pela história de vida do autor: Pêcheux foi aluno de Althusser, cujos pensamentos exerceram sobre ele forte influência, que se mantém e se renova ao longo de suas obras.

propor a AD, assume esta premissa e a extrapola, fugindo de um certo determinismo histórico: a ideologia, sim, produz e reproduz as relações sociais, mas também tem o poder de transformá-las.

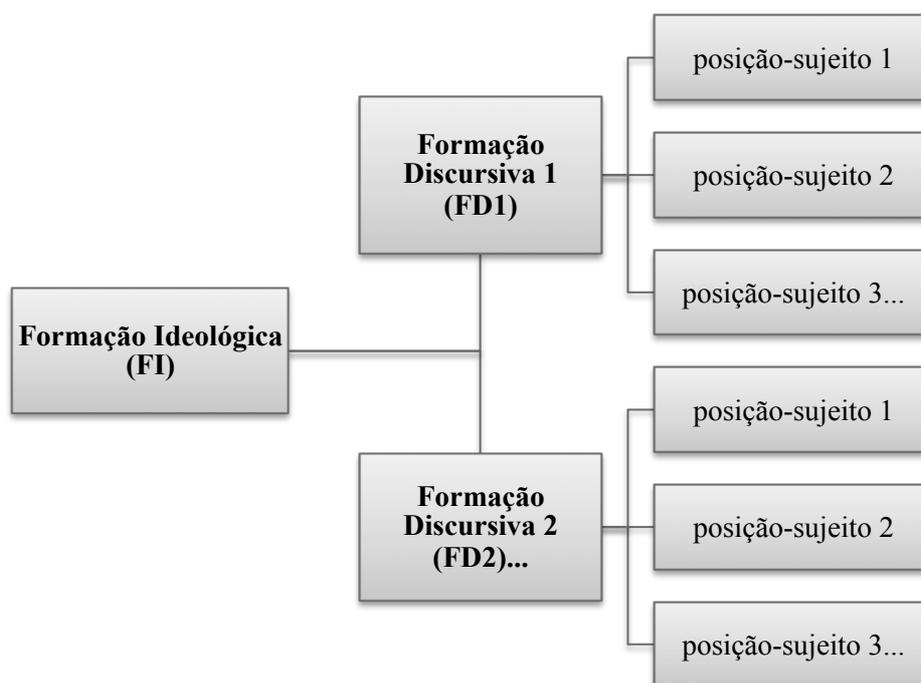
A AD, portanto, pode ser compreendida, e o é neste trabalho, como um referencial teórico e metodológico: ao mesmo tempo que propõe um objeto de conhecimento (o discurso) desde uma concepção específica de sociedade e sujeito, sugere maneiras de analisá-lo. Assim, se o objeto da AD é o *discurso*, ele é observado a partir do *texto*: para a AD é o olhar discursivo que converte o texto em discurso. Com isto, um único texto pode trazer diferentes discursos. Temos assim que, em linhas gerais, a AD é *análise não-subjetiva da subjetividade* (PÊCHEUX; FUCHS, 1993). Dentre os diversos conceitos/categorias analíticas propostos por Pêcheux, mobilizo neste trabalho a noção de Formação Discursiva (FD) e posições-sujeito.

Lembrando que o discurso está sempre em articulação com o sujeito e com a história, as possibilidades de sentido para um termo ou uma expressão estão inscritas nessa articulação – não se trata, como já mencionado, de um *sistema* transparente. É diante disso que se propõe a ideia de FD, presente em Pêcheux (mas também em Foucault):

Chamaremos, então, *formação discursiva* aquilo que numa formação ideológica dada, isto é, a partir de uma posição dada numa conjuntura dada, determinada pelo estado da luta de classes, determina *o que pode e deve ser dito* [...]. Isto equivale a afirmar que as palavras, expressões, proposições, etc., recebem seu sentido da formação discursiva na qual são produzidas. (PÊCHEUX, 1988, p. 160-161).

Desta forma, o sentido de uma palavra ou expressão não reside nela própria, ou seja, não existe em si mesmo, mas pode ser apontado a partir da FD na qual o discurso foi produzido. E as FDs guardam íntima relação com a ideologia. É diante dessa compreensão que se concebe a ideia de “Formação Ideológica” (FI), entendida como um conjunto complexo de saberes e práticas, as quais não são nem individuais, nem universais. Neste sentido, “a FI é um elemento suscetível de intervir como uma força em confronto com outras forças na conjuntura ideológica característica de uma formação social.” (LEANDRO FERREIRA, 2001, p. 13). Isto é, para Pêcheux (1988) – conforme expresso na definição de FD –, os sentidos não estão nos signos em si, mas na FD nos quais são expressos; é uma FI que informa estas formações. Não se trata, evidentemente, de uma passagem tranquila, mas uma mesma FI pode dar conta de diferentes FDs, as quais travam distintas relações com a FI que expressam (desde concordâncias plenas a, em algum grau, oposições e contra-identificações). Assumindo o risco de uma simplificação grosseira, sistematizo na Figura 6 a discussão aqui apresentada.

**Figura 6** – Formações Ideológicas e Discursivas na AD de matriz francesa



Fonte: elaborado pela autora.

Na Figura 6 acima, fica demonstrada a relação entre FIs e FDs: uma mesma FI pode comportar diferentes FDs, as quais podem estabelecer relações diversas (e impermanentes, já que o discurso não é fixo) – desde forjar alianças até mesmo concorrer entre si. Em comum, há uma série de saberes nela inscritos (a FI), que pode se desdobrar de múltiplas maneiras. Da mesma maneira, uma FD pode “conter” distintas posições-sujeito, isto é, maneiras pelas quais os saberes da FI discursivizados pela FD são apropriados. As posições-sujeito, por sua vez, podem ser compreendidas como uma espécie de tomada de posição diante da FD, isto é, as maneiras pelas quais os saberes discursivizados são apropriados pelos sujeitos. Desta maneira, uma mesma FD pode comportar múltiplas posições-sujeito, embora não infinitas, nem qualquer uma (INDURSKY, 2008; LEANDRO FERREIRA, 2001). Cabe ao analista do discurso identificar tais elementos e suas articulações desde o seu objeto, mobilizando a teoria do discurso e teorias outras.

Ao lançar mão de saberes distintos, entrelaçando-os e renovando-os, a AD já nasce como um conhecimento de fronteira, ou, nos termos de Orlandi (1996), uma “disciplina de entremeio”: ao permitir a possibilidade de diálogo, elimina qualquer filiação permanente, pois, ela própria, é um discurso imperfeito e não linear. É reconhecendo suas lacunas, e

assumindo ser também incompleta e contraditória, que proponho experimentar a AD nesta pesquisa.

### 3.2 O DESENVOLVIMENTO DESDE UMA MIRADA CRÍTICA

Historicamente, as ciências sociais se constituem como saberes para o desenvolvimento (QUINTERO, 2015). Isto é, desde um corte epistêmico específico, a Antropologia e a Sociologia, notadamente, atuaram em programas desenvolvimentistas nos países periféricos. Entretanto, é justamente desde as experiências nestes programas e seus efeitos que vários estudiosos passam a criticar o sistema de desenvolvimento proposto: da socioantropologia *para* o desenvolvimento, surge a socioantropologia *do* desenvolvimento, com vistas a tensionar os próprios fundamentos que sustentam essa ideia-força. É nesta segunda seara de pesquisas que pretendo inserir este trabalho.

Dialogando com o referencial do que se convencionou chamar Estudos Críticos do Desenvolvimento, dentre os quais se situa o pós-desenvolvimento (QUINTERO, 2015), em especial Ferguson (2005), proponho, neste trabalho, compreender o desenvolvimento (e o subdesenvolvimento) como uma construção discursiva. Os autores que subsidiam tal entendimento partem de uma concepção do discurso foucaultiana, mas que permite paralelos com a abordagem aqui empreendida, visto que ambas compartilham da matriz pós-estruturalista francesa. Desde esta perspectiva,

(...) as políticas de desenvolvimento não são analisadas em suas falhas ou contradições que precisam de ajustes e melhorias; *projetos e estudos não apenas examinam e revelam realidades, eles produzem mundos*, constituem problemas e diagnósticos a serem tornados legítimos, fomentam a formação de especialistas, agências e organizações e movimentam recursos que acabam redundando em poucos resultados realmente benéficos (Esteva, 1992; Hobart, 1993; Rist, 2008). (RADOMSKY, 2015, 537-538 [grifos acrescentados]).

Ao ser influenciado pela tradição teórica foucaultiana, a qual permite destacar os mecanismos do poder, através da análise dos discursos, Ferguson (2005) é um dos principais nomes da crítica ao desenvolvimento, propondo, a partir de sua experiência etnográfica no Lesoto, uma chave de leitura que permite iluminar as grandes assimetrias dos projetos de desenvolvimento. Desde a sua abordagem, ficam destacados os mecanismos do poder, através da análise dos discursos e a governamentalidade. Em seus estudos, o autor explorou a existência e os mecanismos de funcionamento de um grande projeto de desenvolvimento rural no Lesoto, país incrustado na África do Sul e independente desde 1966.

Lesotho era um tipo de lugar seguro e sem controvérsias, onde você poderia realizar seu programa de pesquisa com tranquilidade. (...) Lá havia todas essas agências de desenvolvimento, programas de pesquisa e pessoas dirigindo em torno, muitas Land Rovers. Eu acabei estudando os Projetos Canadenses, mas lá existiam muitos outros. Lembro que havia um projeto de Taiwan, em que eles estavam ensinando os nativos a plantar arroz. Descendo a estrada, havia um projeto da Irlanda, que ensinava os nativos a plantar batatas. Era extraordinário, e tentei entender tudo isso. (FERGUSON; RABOSSI; KANT DE LIMA, 2011, p. 175).

Interessava, portanto, ao autor a coexistência de distintos “projetos de desenvolvimento” ao longo da história sem que, com isso, os lugares “cheguem” de fato ao “desenvolvimento” desejado. É sobre essa falibilidade do desenvolvimento, expressa em diferentes programas e acordos, que Ferguson (2005) se debruça. Em resumo, para este autor, os projetos de desenvolvimento sobrevivem justamente por meio das sucessivas falhas.

Para Ferguson (2005), estão em questão os efeitos “perversos” do desenvolvimento, o qual é compreendido como uma “máquina” despolitizante. Isto é, o desenvolvimento opera colocando em “suspensão” tudo aquilo que é político. De forma bastante original, Ferguson (2005) argumenta que a falha de um projeto não é necessariamente uma consequência de ações equivocadas (como seus gestores desejam fazer crer), mas são parte do processo: assim, o fracasso é inerente – e necessário – às políticas de desenvolvimento. Os projetos precisam falhar para que entrem em cena novos projetos, ainda maiores e mais sofisticados – aparentando, assim, levarem ao “desenvolvimento”. Como bem resume DeVries (2007):

A realidade do fracasso do projeto, argumenta Ferguson, não conduz a uma reavaliação crítica dos princípios e conceitualizações que sustentam a identificação, planejamento e implementação de atividades de desenvolvimento rural. Pelo contrário, de forma perversa, as mesmas curas são prescritas para o mesmo diagnóstico e projetos novos e mais ambiciosos, com técnicas de planejamento mais sofisticadas são iniciadas.<sup>15</sup> (DEVRIES, 2007, p. 33-34 [tradução livre]).

Se os projetos são desenhados de forma que fracassem, cabe ao pesquisador, então, apreender quais os efeitos desse fracasso, quais os sentidos possíveis daquele desenvolvimento para os atores (sujeitos, documentos,...) envolvidos. Sinto que esta abordagem é potencialmente interessante porque permite um grau de “extrapolação” maior que outras teorias mais propriamente etnográficas e “situadas” no tempo e no espaço, para as quais o desenvolvimento está sempre no plural, visto que é sempre diferente em cada ocasião/projeto. Isto é, Ferguson (2005) sugere que o discurso do desenvolvimento carrega historicidade e é, ainda, parafrástico – ou seja, é possível analisar o desenvolvimento de forma

---

<sup>15</sup> No original: “The reality of project failure, Ferguson argues, does not lead to a critical re-evaluation of the principles and conceptualisations that underpin the identification, planning and implementation of rural development activities. On the contrary, in a perverse way the same cures are prescribed for the same diagnosis and new, more ambitious projects, with more sophisticated planning techniques are initiated.”

mais ampla, pois se trata de um processo (ou ideia-força) que, diferindo, se repete, assumindo contornos diversos. Assim, a abordagem etnográfica de Ferguson (2005) do desenvolvimento (e seu sucesso ou fracasso), combinada com a Análise do Discurso, admite apreender escalas mais amplas.

Para este autor, o desenvolvimento pode ser compreendido como uma “máquina antipolítica”, pois apaga a dimensão política, substituindo-a e reduzindo-a a uma questão técnica. Quando, em dada localidade, pretende-se implementar um grande projeto (como obras de infraestrutura, por exemplo), em geral os sujeitos que serão afetados não são consultados sobre os seus desejo (ou não) por daquelas obras: se produz uma questão como uma necessidade, sendo, portanto, quase inegociável. De fato, a própria ideia do desenvolvimento não é negociável para aqueles atores que o promovem. Também anseios próprios das comunidades e suas negativas ao projeto são silenciados, enquanto disputas internas são ignoradas ou mesmo mobilizadas para a promoção do projeto. Assim, na concepção de Ferguson (2005), o desenvolvimento produz localmente efeitos que, ao negarem o conflito e as diferenças, acabam por reforçar o aparato burocrático e o próprio poder do Estado.

O próprio autor, em entrevista, explorou a sua concepção de “máquina antipolítica”<sup>16</sup>, retomando seu trabalho etnográfico no Lesoto:

[...] o que eu estava observando era o modo como vários assuntos, que não pareciam políticos, como por exemplo quem ganha o quê, porque algumas pessoas são ricas e outras são pobres e porque algumas pessoas são donas de tanta terra, foram traduzidos para outro registro, eu diria, onde apareciam mais relacionados ao capital, distante do desenvolvimento cultural e da produtividade cultural. “Talvez não tenhamos fertilizantes...” sim, talvez não tenhamos, mas havia um tipo de formulação mais importante, existiam muito mais lutas para saber quem tem o poder e quem não tem e quem tem recursos e quem não tem. E eu percebia bem o que estava acontecendo com o discurso e a prática sobre desenvolvimento. Estava acompanhando as dificuldades e as desvantagens que as pessoas pobres e emergentes vivem e reescrevendo de uma forma menos dura, de uma forma que é emendável, apolítica e técnica. E o que eu tinha em mente com a analogia de máquina antipolítica era uma figura que conheço da ficção científica, da ideia de uma máquina da gravidade, de que você pode criar alguma máquina, ligá-la e então a gravidade não existe mais e todo mundo pode ser leve. *Achei que eles queriam criar uma máquina semelhante que iria remover a política da vida das pessoas e tirar todos esses temas políticos.* (FERGUSON; RABOSSI; KANT DE LIMA, 2011, p. 177 [grifos acrescidos]).

Negando (ou neutralizando) as diferenças de poder e as disputas, a “máquina antipolítica” resume as decisões à esfera da técnica, a qual seria a única com capacidade de

---

<sup>16</sup> Ainda que, num momento posterior, tenham surgido aproximações entre a ideia de “máquina antipolítica” e “máquinas desejantes”, conceito tributário da obra de Gilles Deleuze, não exploro esta ideia neste trabalho. DeVries (2007) e Moraes (2015) são alguns dos autores que propõem esta relação/tensão.

reduzir as desigualdades. Num exemplo pouco elaborado: se há fome, resolve-se com mais produtividade, a qual é atingida por meio da tecnologia; ou seja, problemas sociais são transpostos a questões técnicas (ainda sem problematizar que a própria técnica, como a produção de conhecimento, muito tem de política). Em minha leitura, Ferguson (2005) não argumenta que o desenvolvimento seja monolítico e linear, nem que, perversamente, ele vise à produção de desigualdades e subdesenvolvimento: entretanto, estes são alguns dos efeitos de seus projetos. Daí, também a figura da *máquina*.

Se, penso, a ideia de “antipolítica” já está dada, é interessante explorar a noção de “máquina”: tal como uma, também o desenvolvimento é composto por uma multiplicidade de sujeitos, instituições, interesses e práticas. Em seu “funcionamento”, os atores por vezes se desalinham e precisam se rearranjar, de modo que o objetivo primeiro do desenvolvimento não é bem sucedido. Outra leitura possível – e que faz com que os termos da expressão de Ferguson (2005) se encontrem – remete ao estatuto não-humano da máquina: o desenvolvimento, como máquina antipolítica, tem a capacidade de converter em técnica aquilo que é social (ou político). Em síntese:

A máquina antipolítica age de modo acrítico. Para poder implementar projetos de desenvolvimento num espaço qualquer, o aparelho estatal, os organismos e as agências multilaterais precisam “acomodar-se” aos problemas de desigualdade social e conflitos locais, no mais das vezes sem tocá-los; caso contrário, não haverá alianças locais a fim de torná-los praticáveis. Ademais, o que se processa em organismos e agências propositoras de projetos é tributário de *um diagnóstico que olha a realidade social a partir da ideia de “falta”, de algo a ser corrigido ou imputado e que o desenvolvimento, na forma de programa integrado com racionalidade própria, será o responsável pela efetuação.* (RADOMSKY, 2011, p. 153 [grifos acrescidos]).

Esta ideia de falta é algo melhor explorado por Arturo Escobar (2005), que – também desde um referencial teórico foucaultiano – sugere que há uma produção discursiva de lugares “desenvolvíveis”, os quais são concebidos como “atrasados”.<sup>17</sup> Isto me permite crer que o desenvolvimento (e, especialmente, o “não-desenvolvimento”) não é uma categoria fechada, mas é sempre relacional, pois se *é em relação a*. Conforme Ribeiro (2008, p. 118): O “desenvolvimento” opera como um sistema de classificação, estabelecendo taxonomias de povos, sociedades e regiões.”

<sup>17</sup> Estou ciente de que o debate proposto por Escobar (2005) não pode ser entendido apartado de uma discussão mais profunda sobre a historicidade do desenvolvimento, reflexão esta inserida no centro das teorias pós e decoloniais. Mesmo Ribeiro (2008) afirma que Escobar, em sua análise sobre o desenvolvimento o percebe como, em alguma medida, equivalente ao discurso colonial. Apesar desta perspectiva pós e decolonial ser bastante potente e rica em categorias analíticas (algumas das quais eu própria emprego neste trabalho), opto por não explorar a fundo tal discussão, mesmo sabendo que ela permeia as reflexões aqui postuladas. Para leituras sobre desenvolvimento e suas apreensões por teorias pós e decoloniais, sugiro: Neske (2014), Radomsky (2011) e Quintero (2015).

Ou seja, a própria ideia de desenvolvimento, conforme a literatura mobilizada, traz em si um ideário de linearidade e concorrência entre nações e sujeitos. Conforme sugerem Ferguson (2005) e Escobar (2008) também os projetos de desenvolvimento operam por meio dessa lógica, para a qual o desenvolvimento e o progresso se confundem num processo unidirecional. Assim, na seção a seguir, investigo quais os sentidos do desenvolvimento no discurso de divulgação do ProSAVANA, o que observo tendo por base o Plano Diretor e do material de comunicação oficial.

### 3.3 PROSAVANA: UM PROGRAMA PARA QUAL DESENVOLVIMENTO?

Conforme já mencionado no capítulo anterior, está em questão o *discurso do ProSAVANA*. Para investigá-lo, mobilizo a AD, que será operacionalizada a partir da identificação de categorias no texto, agrupadas por meio do software NVivo® 11. De acordo com Benneti (2007), a AD implica que se faça o caminho inverso ao da produção discursiva: parte-se do texto para o que lhe é anterior e exterior. Evidencio, mais uma vez, que não é o texto que está em análise, mas o discurso. Ou seja, quero entender como se produz e se conforma o discurso do desenvolvimento em torno ao ProSAVANA compreendendo-o como fruto de uma ideologia específica que conforma determinada FD. O gesto de leitura empreendido deu conta de algumas ideias que se repetiram, as quais foram formuladas como categorias de codificação (ou, na terminologia do programa NVivo® 11, *nós*): Desenvolvimento; Produtividade; Tecnologia (que abriga as subcategorias: Máquinas, Sementes e Fertilizantes); Corredor de Nacala (que abriga a subcategoria Mulheres); Crédito; Cooperação Internacional (que abriga a subcategoria Cooperação Sul-Sul); Outros programas.

Se a ideia de observar o desenvolvimento já foi defendida desde o ponto de vista teórico, pois este é um tema de relevância para as ciências sociais, também o objeto empírico demonstra algo semelhante. Com o auxílio do NVivo® 11 foi gerada a seguinte nuvem de palavras, que registra os termos mais recorrentes no Plano Diretor em análise (ver Figura 7).



As outras palavras presentes na Figura 7 já dão uma ideia dos sentidos deste desenvolvimento pretendido: produção, irrigação, insumos, escala, produtos, agrícolas/agricultura, melhoria,,... Em parte, um olhar panorâmico sugere uma contradição entre tais palavras e aquela primeira (produtores), pois o que está em jogo neste desenvolvimento, os sujeitos (produtores) ou a produção em si? Entretanto, uma leitura mais apurada permite apontar que a melhoria da vida dos sujeitos se dará, neste Plano, apenas na realização de suas plenas capacidades produtivas, as quais se medem pela quantidade, pela escala. Nessa mesma direção, a larga presença de termos como apoio, serviço e contrato indica uma espécie de *des*-envolvimento em curso, isto é, da desvinculação dos sujeitos e de suas práticas correntes com vistas a substituir suas relações por outras que sejam comerciais, modernas e, portanto, legítimas aos olhos do *agronegócio*. Aliás, parece ser isto que está em jogo no desenvolvimento pretendido pelo programa: converter em (agro)negócio aquilo que hoje é (agri)cultura, inserindo o Corredor de Nacala no mercado global.

A observação do Plano Diretor, somada à análise dos outros materiais já citados, permite a seguinte afirmação: no caso do ProSAVANA, o desenvolvimento é sempre uma potência. Para realizar-se, a agricultura – e o próprio Corredor de Nacala – precisa *melhorar*, precisa se *modernizar*, o que remete à discussão sobre modernização da agricultura vinculada aos ideais da Revolução Verde, já apresentada no capítulo 2 deste trabalho. Esta ideia sobressai nos próprios princípios orientadores do programa, listados no Plano Diretor:

- [1] *Desenvolvimento sustentável*, inclusivo, dinâmico e equilibrado do Corredor de Nacala, enfatizando a agricultura familiar;
- [2] *Desenvolvimento socioeconómico e cultural* das comunidades e a melhoria das condições de vida da população do Corredor de Nacala;
- [3] *Desenvolvimento de cadeias produtivas* em função das potencialidades agroecológicas e estabelecimento de condições de acesso aos mercados;
- [4] Promover a protecção dos direitos de uso e aproveitamento da terra das comunidades;
- [5] *Promover inovações tecnológicas e difusão de novas tecnologias para o aumento da produção e produtividade*, apoiadas por sistemas de formação dos produtores para aumentar as suas capacidades de escolha, absorção e adaptação de tecnologia;
- [6] Promover a colaboração entre o sector público e todos os outros sectores envolvidos no desenvolvimento do sector agrário, incluindo parcerias público-privadas-população, para melhorar a eficiência e reduzir custos ao longo das cadeias produtivas;
- [7] Considerar a conservação do meio ambiente no desenvolvimento das actividades agrárias. (MOÇAMBIQUE, 2015, p. 1-4 [grifos acrescentados]).

É bastante interessante o fato de que o Plano Diretor, visto desde seus objetivos acima citados, parece conter duas lógicas distintas: se, por um lado, grande parte de suas metas diz respeito à agricultura de pequena escala e o respeito aos camponeses que tradicionalmente vivem no Corredor de Nacala, por outro, fomenta-se o *agronegócio* e a

inovação tecnológica. Ao longo do documento, entretanto, o que ganha destaque é este segundo ponto, para o qual serão dirigidas as atenções da maior parte das ações estratégicas. Ou seja, é um programa com duas miradas concomitantes, mas é questionável o quanto ele é capaz de atingir a primeira delas. Sobre o sétimo princípio orientador – que dá conta da conservação ambiental – cabe dizer que pouco é efetivamente discutido no plano: apesar de existir um capítulo dedicado a este item (o sexto, “Recursos Naturais”), ele apenas retoma a legislação já existente em Moçambique no que diz respeito à terra e às florestas. Subjacente à promoção de uma agricultura de grande e pequena escala está a ideia de que o lugar em questão é hoje subaproveitado:

A região Norte tem potencial para ser uma base de produção de alimentos para a região Sul, incluindo a capital, a cidade de Maputo, onde existe actualmente alta demanda por alimentos. Isso significa que o aumento da produção agrícola na região Norte pode contribuir de forma significativa para a segurança alimentar nacional. Portanto, a vigorosa promoção do desenvolvimento agrário na região é essencial para atingir a segurança alimentar e o desenvolvimento socioeconómico do país. (MOÇAMBIQUE, 2015, p. 1-2).<sup>18</sup>

Isto é, é constante nos discursos do programa a insistência na ideia de que a área não é produtiva (mas *poderia* ser, se cultivada “adequadamente”). Assim, a produtividade é quem orienta todo o projeto: seja para caracterizar a região atualmente (pela falta, pois *não é produtiva*), seja para promover o ProSAVANA (pois a promete: a região *será produtiva*). Esta relação fica evidenciada pelo cruzamento, com o auxílio do NVivo® 11, entre as codificações: ao elaborar uma matriz de nó, no qual cruzei “Desenvolvimento” com todos os outros nós elaborados num espaço de palavras próximo (5 palavras), os resultados indicam que desenvolvimento surge relacionado principalmente ao “Corredor de Nacala” (relação a ser melhor explorada no capítulo seguinte), “Produtividade” e “Tecnologia”. Isto é, o desenvolvimento é lido como produtividade e intensificação da produção, a qual se faz por meio da técnica e da ciência.

As ideias iniciais do programa indicavam a exploração em grandes plantações com tecnologias intensivas em capital e em regime de monoculturas (por razões técnicas e económicas), a entrada de agricultores estrangeiros e a exportação como principal objectivo (sobretudo do milho e da soja). (MOSCA; BRUNA, 2015, p. 12).

Ainda diante da relação entre o desenvolvimento e o aumento da produtividade e da produção agrícola, emerge uma questão, que dá conta de quais os produtos previstos ou indicados para cultivo no âmbito do ProSAVANA. Como bem avaliam Mosca e Bruna

---

<sup>18</sup> Neste trabalho o percurso analítico sugere buscar os núcleos de sentido do texto, estando em análise a *ordem* do discurso e não a sua organização. Ainda assim, mesmo que eu não proponha averiguar a presença de termos e estruturas linguísticas específicas, cabe registrar a presença constante – no Plano Diretor – de conjunções conclusivas, como *portanto* e *logo*. Estes termos produzem uma suposta relação necessária entre ideias como, por exemplo, a superação da pobreza e a ampliação do agronegócio.

(2015), os primeiros escritos do programa eram focados em cultivos de exportação, questão que foi apresentada como revista para a elaboração do Plano Diretor aqui em análise. Uma leitura deste plano vigente, entretanto, não permite assegurar que o foco inicial tenha sido modificado em relação aos produtos prioritários: um estudo empreendido pelas instituições que elaboraram este planejamento divide e classifica os cultivos em “alimentares básicos” e “orientados ao mercado”, tanto para cultivo quanto para investigação agrícola. Vejam-se as SDs a seguir:

Milho e soja são uma boa combinação de rotação de culturas (MOÇAMBIQUE, 2015, p. 4-2).

As culturas prioritárias mencionadas na Seção 3.6.1 foram divididas nos seguintes três grupos para o desenvolvimento de estratégia de trabalho de investigação agrária. 1) Grupo-1 (culturas prioritárias): Milho e soja, incluindo o uso da soja para melhoria da alimentação e nutrição Grupo-2 (culturas prioritárias secundárias): Mandioca, feijões, amendoim, batata-reno, hortícolas, caju, gergelim e girassol 2) Grupo-3 (culturas a serem investigadas por empresas privadas) Algodão, tabaco e chá. (MOÇAMBIQUE, 2015, p. 4-8).

Entre as culturas de rendimento prioritárias, a soja se destaca pelas seguintes razões: 1) Pode ser combinada com o milho em um sistema adequado de rotação de culturas; 2) É apropriada para grandes e pequenos produtores; 3) Melhor preço de venda directamente pelos produtores; 4) Demanda elevada e contínua é esperada do mercado interno e internacional; 5) Alto potencial para o desenvolvimento de uma indústria de grande alcance para as indústrias de transformação e pecuária. (MOÇAMBIQUE, 2015, p. 4-2).

Isto é, ainda que o plano mencione e reconheça o plantio e investigação de diversos cultivares, ele, em repetidos momentos, aponta o que seria melhor (sempre com vistas à *produtividade*), hierarquizando, assim, produtos e produtores, visto que nem todos têm acesso ou mesmo desejo de alterar os cultivos presentes em suas *machambas*. A presença constante do milho e da soja – ambos inseridos no sistema global de *commodities*, sendo a última não consumida pela população moçambicana – levanta pistas sobre a real finalidade do projeto: conquanto autoridades mencionem a segurança alimentar e nutricional, estes plantios levam ao monocultivo de exportação. Se um dos pilares do Plano Diretor é a garantia da liberdade de escolha (MOÇAMBIQUE, 2015, p. 3-17), pouco ou nada se fala a respeito da manutenção de um leque de variedades a serem escolhidas. Ora, se a pesquisa, extensão e crédito são voltados para produtos bastante específicos, que, por sua vez, implicam ou sugerem uma forma de cultivo diferenciada, as opções a serem escolhidas pelos produtores de pequena, média e grande escala não se apresentam de forma simétrica. Além disso, diversas vezes o Plano lembra de que o que está em jogo é o desenvolvimento, mas este implica necessariamente em mudança:

Tal mudança não pode ocorrer de maneira forçada, porém nenhuma iniciativa será bem-sucedida se não houver uma ruptura no paradigma da actual prática de produção. (MOÇAMBIQUE, 2015, p. 4-4)

Portanto, é necessário focar as intervenções em práticas de produção orientadas para o mercado, dando maior atenção aos aspectos relacionados com os mercados agrícolas e mudando a mentalidade de “produzir e vender” para “produzir para vender”. (MOÇAMBIQUE, 2015, p. 5-1)

A diversidade, penso, não se contrapõe à produtividade tão almejada, mas esta possibilidade parece ser como que aniquilada quando vemos o quadro de produtos prioritários do ProSAVANA, principalmente, o tipo de cultivo que eles sugerem. A presença brasileira, que se justifica pela cooperação técnica, é parte importante deste processo de seleção de produtos: o próprio Brasil, em sua experiência de desenvolvimento agrícola medida pela produtividade e pela tecnociência, foi adequado ao paradigma internacional. E esta massificação produtiva, que elimina a diversidade (de produtos, de produtores, de meios de produzir), é algo que se repete na experiência moçambicana. Assim, “(...) a Revolução Verde, através da difusão internacional das técnicas da pesquisa agrícola, marca uma maior *homogeneização do processo de produção agrícola* em torno de um conjunto compartilhado de práticas agronômicas e de insumos industriais genéricos.” (GOODMAN; SORJ; WILKINSON, 1990, p. 39 [grifos acrescentados]).

No Brasil, de acordo com Heredia, Palmeira e Leite (2010), a presença do Estado no meio rural, expressa nos programas desenvolvimentistas tal como o PRODECER, foi decisiva para o tipo de produto e modelo de cultivo adotados – o agronegócio voltado para a produção de *commodities*. De forma semelhante ao que se deu com o cerrado, que, a despeito de outrora ter sido considerado um lugar vazio e improdutivo, hoje se configura como o “celeiro do mundo” (CESARINO, 2014), as promessas de produtividade se repetem no caso do ProSAVANA, impulsionadas por políticas públicas, empresas e iniciativa privada. A presença brasileira no Corredor de Nacala, em especial por meio da EMBRAPA, corrobora para esse cenário de alteração dos processos produtivos e dos produtos cultivados, como considera Santarelli (2016):

Entrevistas realizadas com técnicos da Embrapa no Brasil e em Moçambique revelam que a atuação brasileira, desde o início do PI [Projeto de Melhoria da Capacidade de Pesquisa e Transferência de Tecnologia – parte do ProSAVANA], estava voltada para a promoção de modelos de monocultivo de larga escala das principais *commodities* alimentares internacionais em áreas do Corredor de Nacala, que, assim como o cerrado na década de 70, eram consideradas como improdutivas e pouco exploradas. Na visão de um entrevistado do IIAM, houve, na definição das culturas a serem trabalhadas no âmbito do ProSavana, uma tendência de priorização daquelas com as quais a Embrapa já acumulava conhecimento tecnológico, como é o caso do milho e da soja, em detrimento das culturas locais. (SANTARELLI, 2016, p. 151).

Isto é, embora o Plano Diretor seja ambíguo no que se refere ao tipo de agricultura e de agricultor pretendido pelo ProSAVANA, as iniciativas por ele apresentadas indicam a prevalência do agronegócio sobre os cultivos hoje praticados por grupos camponeses. E a “liberdade de escolha”, que como já dito não é plena, vai sendo ainda mais cerceada quando o plano passa a prever modelos e estratégias para a adoção das novas tecnologias por parte das comunidades locais, conforme as SDs a seguir, que correspondem a algumas das metas a serem atingidas:

Estabelecer modelo de desenvolvimento para os produtores líderes que irão disseminar novas tecnologias de cultivo e participar no trabalho implementado por associações de produtores. (MOÇAMBIQUE, 2015, p. 4-11).

Promover o desenvolvimento de recursos humanos para desempenharem um papel de liderança no desenvolvimento agrário na área de actuação. (MOÇAMBIQUE, 2015, p. 4-13).

Criar um modelo para o desenvolvimento de produtores líderes que irão difundir as práticas bem assim os efeitos da tecnologia de cultivo melhorado e assim motivarem os produtores de pequena escala da área a adotarem as tecnologias melhoradas. (MOÇAMBIQUE, 2015, p. 4-15).

(...) o desenvolvimento dos recursos humanos é uma actividade essencial. Para tanto, a valorização dos conhecimentos tradicionais e dos valores comunitários são fundamentais para o desenvolvimento dos recursos humanos. Portanto, uma das abordagens seria a escolha de potenciais produtores líderes entre os jovens por meio da recomendação de seus líderes tradicionais ou dos líderes de grupos de jovens na comunidade. (MOÇAMBIQUE, 2015, p. 7-5).

Nestes trechos, fica patente o caráter difusionista do programa, que foca em sujeitos-chave (“lideranças”), contando que estes levem os modelos propostos para as suas comunidades, algo semelhante ao que ocorreu no processo de modernização agrícola brasileiro. Acerca deste tema, o ProSAVANA pretende construir centros de treinamento em agricultura, bem como centros comunitários, e fortalecer/criar instituições representativas no meio rural (ainda que diversas associações já existam)<sup>19</sup>.

Se no Plano Diretor o caráter ambíguo do programa (pequena *versus* grande escala) se encerra logo nas primeiras páginas pendendo para o fomento do desenvolvimento calcado no agronegócio, no material de comunicação oficial, mais enxuto e de linguagem mais simples, parece haver uma mensagem um tanto distinta. Esta se revela já no *slogan* presente ao longo dos folhetos – “Pelo desenvolvimento da agricultura e melhoria das condições de

---

<sup>19</sup> Acerca da construção de centros para as comunidades locais, amplo senso a questão da “educação”, abrangida pelo ProSAVANA, parece-me interessante refletir sobre o quanto o desenvolvimento (por meio de seus projetos) não se apropria apenas da terra (dos recursos materiais e objetivos), mas também potencialmente disciplina os corpos (os sujeitos que por vezes são “entraves” ao progresso). Não é pretensão deste trabalho fazer tal discussão, mas esta parece ser uma boa pista para se pensar nos projetos de desenvolvimento.

vida da população do Corredor de Nacala” –, ao qual se soma uma segunda frase, logo abaixo do nome ProSAVANA: “Um Programa de Moçambique para os moçambicanos”.

Assim, se no Plano Diretor a análise dá conta de que desenvolvimento é medido pela produtividade, no material de divulgação o desenvolvimento corresponde à melhoria das condições de vida da população. Esta, entretanto, será atingida justamente por meio da produção agrícola. O que, num primeiro momento, parece ser um discurso bastante distinto do primeiro texto analisado, pode ser compreendido como um mero deslocamento, pois evoca um mesmo sentido – ou, então, um sentido muito semelhante, o que depreendo da mensagem da Figura 8 que segue.

**Figura 8** – Parte de material de divulgação do ProSAVANA traz informações dos projetos em curso



Fonte: ProSAVANA (disponível em <goo.gl/WiY31d>. Acesso em: 14 jun. 2017).

O gesto de leitura empreendido permitiu identificar os elementos que se repetem e se destacam no objeto empírico (o texto do Plano Diretor e o material de divulgação do ProSAVANA), os quais deram origem aos núcleos de sentido observados. Disto, com o auxílio da categorização propiciada pelo NVivo® 11 e seus entrecruzamentos, sugiro que o discurso sobre desenvolvimento do programa, embora pareça dúbio, é parte de uma mesma

FD, que denomino desenvolvimentista. Isto porque os textos analisados não permitem afirmar que diferentes e opostos saberes estão presentes no Plano Diretor e no material de comunicação – uma síntese dos sentidos mobilizados identificados nesta FD pode ser observada no Quadro 2.

**Quadro 2** – FD Desenvolvimentista e os saberes por ela mobilizados, proposta após análise do material

<b>FD Desenvolvimentista</b>	
<b>Saberes inscritos</b>	Imperativo da produtividade
	Modernização por meio da tecnologia
	Práticas e saberes dissonantes dos modernos/tecnológicos = “atraso”

Fonte: elaboração própria.

O que é possível considerar é que, como todos os discursos, aqueles que envolvem o ProSAVANA não são homogêneos nem lineares, mas deslizam – ainda que sempre orientados por valores como o da produtividade e o da modernização. Neste sentido, identifiquei duas posições-sujeito contidas nesta FD desenvolvimentista, isto é, duas principais formas de apropriação de saberes discursivizados pela FD em questão. A primeira delas, e mais sobressalente, é aquela que, ao ler o desenvolvimento como aumento da produção e da produtividade por meio da tecnologia, vê nisso um fim em si mesmo: o desenvolvimento é *necessário*, não estando em questão aqueles aos quais ele primeiramente se dirige. Esta posição-sujeito é mais identificada ao longo do Plano Diretor do programa. Já a segunda posição-sujeito, presente em menor quantidade, mas com destaque nos materiais de comunicação, diz respeito ao desenvolvimento que tem a melhoria da vida dos sujeitos como prioridade, sem negar, com isso, a produtividade e a tecnologia. Interessante perceber que tais posições-sujeito ocorrem de maneira desequilibrada, variando de acordo com o tipo e função do material analisado: a primeira delas é predominante em ambos, já a segunda, ainda que menos recorrente, aparece com destaque no material de divulgação do projeto. Isto permite questionar se não se trataria de uma espécie de “estratégia” de comunicação do ProSAVANA, dirigindo discursos distintos conforme o público-alvo do documento. Entretanto, ainda que tragam diferenças entre si, ambas compartilham daqueles princípios que orientam a FD: estas posições-sujeito não se opõem à produtividade e à tecnologia, apenas narram estes valores de formas diferentes na sua produção de sentido do desenvolvimento.

A FD identificada, por sua vez, é proveniente de uma FI particular que serve de substrato a ela e permite a sua produção discursiva, a modernidade ocidental. Isto é, o Corredor de Nacala, em grande medida, escapa às definições tradicionais da modernidade, o que justifica a emergência de programas de desenvolvimento que os insiram nesta lógica global (ESCOBAR, 2005), ainda que para isso o façam por meio da produção de um lugar pauperizado e desejoso desse desenvolvimento. Aqui, a análise empreendida se encontra com a noção já mobilizada de “máquina antipolítica” (FERGUSON, 2005): o ProSAVANA produz um lugar subdesenvolvido ao mesmo tempo em que constrói e apresenta uma solução, isto é, um modelo produtivo. É desta ideologia de uma modernidade global e inexorável, fortemente vinculada ao pensamento ocidental, que emerge o discurso desenvolvimentista calcado no progresso da ciência e da técnica, com vistas à produtividade, observado no caso em análise.

Se, ao discutir as premissas da AD, propus uma síntese na Figura 6, neste momento uso deste mesmo esquema para sintetizar os resultados encontrados na análise empreendida, conforme a Figura 9.

**Figura 9** – Formações Ideológicas e Discursivas identificadas



Fonte: elaboração própria.

Neste capítulo, desde o objeto empírico em análise, observei a produção de sentidos sobre desenvolvimento, identificando as condições de produção que geram tal discurso. Ao longo da análise chama a atenção de que o desenvolvimento pretendido só é possível pois se pressupõe um lugar atrasado e “vazio”, pronto, portanto, para “receber” as ações do ProSAVANA. Conforme Massey (2004):

Esta concepção de espaço em termos temporais é um modo de conceber a diferença que é típico de muitas das grandes leituras modernistas do mundo. As estórias de progresso (da tradição à modernidade), de desenvolvimento, de modernização, a

fábula marxista da evolução através dos modos de produção (feudal, capitalista, socialista, comunista), muitas das nossas histórias atuais sobre a "globalização" (MASSEY, 1999) ... todas elas compartilham de uma imaginação geográfica que rearranja as diferenças espaciais em termos de sequência temporal. A implicação disso é que lugares não são genuinamente diferentes; na realidade, eles simplesmente estão à frente ou atrás numa mesma história: suas "diferenças" consistem apenas no lugar que eles ocupam na fila da história. (MASSEY, 2004, p. 15).

Esta narrativa teleológica do desenvolvimento nega a potencialidade da diferença, produzindo um espaço homogêneo e plano – embora nenhum lugar, empiricamente, assim o seja. Tendo isto em vista, proponho no capítulo a seguir averiguar a maneira pela qual este discurso desenvolvimentista *produz* este lugar em falta, em atraso, preparando-o para projetos modernizantes e desenvolvimentistas.

#### 4 A PRODUÇÃO DO LUGAR

Enquanto eu viajava para Moçambique, a fim de obter documentos acerca do ProSAVANA e viver meu primeiro trabalho de campo no âmbito do Doutorado, li despreziosamente a revista fornecida pela companhia aérea. Em uma notícia sobre a formação de novos mecânicos de aeronave, algo como um *press release* destacando a importância da área técnica na empresa, chamou-me a atenção o seguinte trecho:

Se noutros continentes não houve alteração do *status quo* com as independências, África, porém, passou por duas rupturas: a destruição do *modus vivendi* ancestral e, posteriormente, o regresso à Europa da maior parte dos colonizadores, levando consigo meios, projectos e *know-how*. Deste modo, reconstituir este tecido social e tecnologia, por duas vezes desarticulado e modificado, não tem sido fácil assim como perdura ainda alguma mágoa pela coisificação secular do africano (Revista Austral, n. 119, p. 38).

Deste excerto, é possível fazer algumas considerações, especialmente da última parte, que diz respeito à “reconstituição” do continente. Isto é, há um sentido de construção, de algo que está atrasado – ou, então, foi atrasado e devastado pela luta por independência. Essa noção se repete em contextos diversos, o que fica patente na abordagem do próprio ProSAVANA pelo Jornal Notícias, o maior diário moçambicano em circulação:

O PROSAVANA visa melhorar a competitividade do sector rural da região, tanto em matéria de segurança alimentar, a partir da organização e do aumento da produtividade no âmbito da agricultura familiar, como na geração de excedentes exportáveis a partir do apoio técnico à agricultura orientada para o agro-negócio. *A ideia subjacente é de que este estagio pode ser conseguido em 20 anos, metade do que foi necessário para o serrado [sic] brasileiro (localizado entre o paralelo 13 e 17) explorar todo o seu potencial.* (Trecho da notícia: Nacala: o “corredor da promessa”. Jornal Notícias/Maputo, publicado em 24 de abril de 2013 [grifos acrescentados]).

Interessante observar que a referência à produtividade e competitividade é sempre o Brasil, celebrando os projetos que permitiram tal *status* na área agrícola, como o próprio PRODECER. Neste excerto há que se perceber também o título da reportagem: “o corredor da promessa”. Como já mencionado no capítulo anterior, o desenvolvimento pretendido pelo ProSAVANA é sempre uma potência, é sempre algo por vir – é uma *promessa*. Isto é, Moçambique está em falta, mas pode reverter esta situação por meio da tecnologia proposta por projetos de grande escala.

É essa ideia de atraso, que emerge mesmo em textos banais, que constitui o motor primeiro deste trabalho de pesquisa: em especial, busco analisar a construção discursiva destes espaços, no que toca ao ProSavana. Assim, neste capítulo, o objetivo específico é problematizar, concebendo o lugar como pleno de sociedade(s) e natureza(s), a ideia de “vazio” enquanto espaço “desenvolvível”. Para tanto, travando uma discussão acerca das

possibilidades do “lugar” enquanto conceito, apresento as Sequências Discursivas [SDs] presentes no Plano Diretor e no material de divulgação em análise que, mais que narrarem, *produzem* o Corredor de Nacala como este lugar “vazio” e “atrasado”.

#### 4.1 PROBLEMATIZANDO O “LUGAR”

Textos, sejam impressos nos jornais ou verbalizados nos discursos de políticos, falam sobre a disponibilidade de terras e a necessidade de ocupá-las. Mapas indicam as semelhanças do espaço compreendido entre os mesmos paralelos, sugerindo que a divisão política não impede as similitudes geomorfológicas. Indicadores e dados dão conta das desigualdades, da pobreza e da baixa produtividade – o que é sempre relacional, pois é em comparação ao outro. Em posse destas informações, formulamos rapidamente uma imagem daquele lugar descrito: sua natureza, sua cultura. O discurso, nas suas variadas expressões (imagens, textos,...), mais que narrar o espaço, o *produz*. Isto é, ao descrever, também constrói.

Esse parágrafo introdutório apresenta a noção que será explorada neste capítulo: os lugares não *são*, não têm essência; pelo contrário, estão em permanente tensão e movimento (MASSEY, 2004; 2008). Essa perspectiva relacional aqui adotada entra em choque com os lugares usualmente produzidos pela narrativa do desenvolvimento, assim como nega uma leitura idílica para a qual os lugares atingidos por projetos de grande escala são “tradicionais” e conteriam em si uma “identidade” fixa.

Dialogando com referências diversas – que vão dos estruturalistas a autores contemporâneos como Gilles Deleuze e Bruno Latour, bem como aqueles que sugerem um aporte pós-colonialista – a inglesa Doreen Massey (2004; 2008) traz uma importante contribuição aos estudos do espaço, sempre com vistas à superação de dicotomias. A geógrafa, ao adotar uma perspectiva relacional, defende uma proposta de lugar-em-aberto, isto é, sempre em movimento e sempre diverso: é inadmissível, portanto, uma definição única e estática de determinado lugar. Noutros termos, se as identidades não são monolíticas ou essenciais, também não o é o espaço, onde, num processo contínuo, a pluralidade se encontra, se choca e se rearranja. Em resumo:

*Primeiro*, reconhecemos o espaço como o produto de inter-relações, como sendo constituído através de interações desde a imensidão do global até o intimamente pequeno (...). *Segundo*, compreendemos o espaço como a esfera da possibilidade da existência da multiplicidade, no sentido da pluralidade contemporânea, como a esfera na qual distintas trajetórias coexistem; como a esfera, portanto, da

coexistência da heterogeneidade. Sem espaço, não há multiplicidade; sem multiplicidade, não há espaço. Se o espaço é, sem dúvida, o produto de inter-relações, então deve estar baseado na existência da pluralidade. Multiplicidade e espaço são co-constitutivos. *Terceiro*, reconhecemos o espaço como estando sempre em construção. Precisamente porque o espaço, nesta interpretação, é um produto de relações-entre, relações que estão, necessariamente, embutidas em práticas materiais que devem ser efetivadas, ele está sempre no processo de fazer-se. Jamais está acabado, nunca fechado. Talvez pudéssemos imaginar o espaço como uma simultaneidade de histórias-até-agora. (MASSEY, 2008, p. 29 [grifos no original]).

Essa perspectiva relacional, resumida no excerto acima, dialoga em muito com a sociologia amplo senso, visto que não aceita o espaço como o “já-lá”, mas o percebe como uma produção. Isto não significa que os lugares não sejam concretos ou reais, mas simplesmente permite complexificar sua existência, assumindo a multiplicidade e a incerteza.

Massey (2004; 2008) sugere, ainda, que a Modernidade, entendida não como período histórico, mas como ideia estruturante das sociedades ocidentais, teve efeitos na geografia e nas ciências humanas, os quais precisam ser revisitados. É interessante, neste sentido, colocar em suspenso a espacialização que planifica e homogeneiza, justificando a globalização: identificar e descrever tal produção do espaço abre margem para novas possibilidades de futuro que não as previstas no mundo moderno-ocidental, que se espalhariam para “fora”, para os “outros”. Isto é: “Conceituar o espaço como aberto, múltiplo e relacional, não acabado sempre em devir, é um pré-requisito para que a história seja aberta e, assim, um pré-requisito, também, para a possibilidade da política.” (MASSEY, 2008, p. 95).

Para a autora, o processo de globalização – e aqui proponho estender essa compreensão para as narrativas desenvolvimentistas – convertem o espaço em tempo. Para garantirem o sucesso de seus projetos, apagam as especificidades de cada lugar, apenas o situando em “momentos” diferentes de um mesmo percurso. Noutros termos, o desenvolvimento apaga o “outro”, pois prescinde do “mesmo” para colocar em curso suas ações.

Afirma-se que Moçambique e Nicarágua não são, realmente, diferentes de “nós”. Não devemos imaginá-los como tendo suas próprias trajetórias, suas próprias histórias específicas e o potencial para seus próprios, talvez diferentes, futuros. Não são reconhecidos como outros coetâneos. Estão, meramente, em um estágio anterior, na única narrativa que é possível fazer. Esta cosmologia de “única narrativa” oblitera as multiplicidades, as heterogeneidades contemporâneas da história. Reduz coexistências simultâneas a um lugar na fila da história. (MASSEY, 2008, p. 24).

Conforme a leitura sugerida por Massey, parece haver uma visão teleológica da história, na qual a ideia de desenvolvimento ocupa lugar de destaque ao promover uma espécie de homogeneização do espaço. Tal perspectiva remete à discussão feita por Escobar (2005), quando este autor sugere que existem lugares especialmente construídos como atrasados, sendo estes o objeto primeiro do desenvolvimento: há lugares “desenvolvíveis”

(*developmentalizable*), porque atrasados e inertes. E tal desenvolvimento é promovido por meio de projetos que entrelaçam saberes técnicos, científicos e estatais em detrimento daqueles já presentes nos lugares, que são sistematicamente apagados quando da produção destes espaços realizada por artefatos como relatórios “políticos” e planos de ação. Nesse sentido, também Ferguson (2005) dialoga com tal perspectiva: o desenvolvimento enquanto “máquina antipolítica” apaga as especificidades e planifica o espaço.

Esta perspectiva teórica fica bastante explícita em investigações sobre a ocupação do mundo rural por meio de projetos “modernizantes”: em geral, tais programas agrícolas/agrários empregam uma ideia de atraso e de vazio a ser ocupado, como se os lugares estivessem inertes e à espera do desenvolvimento. No caso brasileiro, esta questão fica patente em trabalhos como o de Castrillon Fernández (2007), autor que observa a construção do cerrado como um grande “estoque de terras”, a ser, portanto, ocupado e “desenvolvido”:

Quando se analisa o longo processo de ocupação da Amazônia brasileira e, de modo particular, do estado de Mato Grosso, observa-se que a idéia da “disponibilidade” de “grande estoque de terra” resultou de uma prática discursiva que procurava evidenciar a existência de “vazios demográficos”, empregada por sucessivos governos e setores empresariais empenhados em reocupar esses territórios, tradicionalmente ocupados por povos indígenas e outros grupos sociais. Para colocar em curso os seus empreendimentos, *foi necessário produzir tal “disponibilidade”*. É nesse sentido que a “terra” deve ser compreendida como o produto de relações sociais, em que o acesso de “alguns” ocorre pela negação de “outros”, sem antes passar por uma mediação de intensas relações conflitivas. Ou seja, *“terra” não é um bem natural, naturalmente dado, mas é um produto social, socialmente construído, e a sua disponibilidade dependeu dessa construção*. (CASTRILLON FERNÁNDEZ, 2007, p. 174 [grifos acrescidos]).

Assim, não é nova a abordagem de “esvaziamento” adotada pelos grandes projetos, mas uma constante, a qual precisa ser lembrada. Em debate acerca da recente corrida global pela terra, amparada por programas internacionais e em práticas de *landgrabbing*, autores como Annelies Zoomers identificam esta mesma estratégia no contexto moçambicano. Isto é, nas disputas por uso da terra naquele país, embora sejam atuais e aportem elementos distintivos, parece haver algo que se repete: a produção de um espaço vazio:

(...) a colonização agrícola (década de 1970/80s) expôs o mito de terras vazias, bem como o impacto ambiental devastador de estratégias horizontais que levaram ao desflorestamento e à degradação ambiental. (...) É relevante saber como o desenvolvimento actual se relaciona com os percursos anteriores do desenvolvimento (é mais do mesmo ou é oposto aos desenvolvimentos anteriores?). (ZOOMERS, 2013, p. 37).

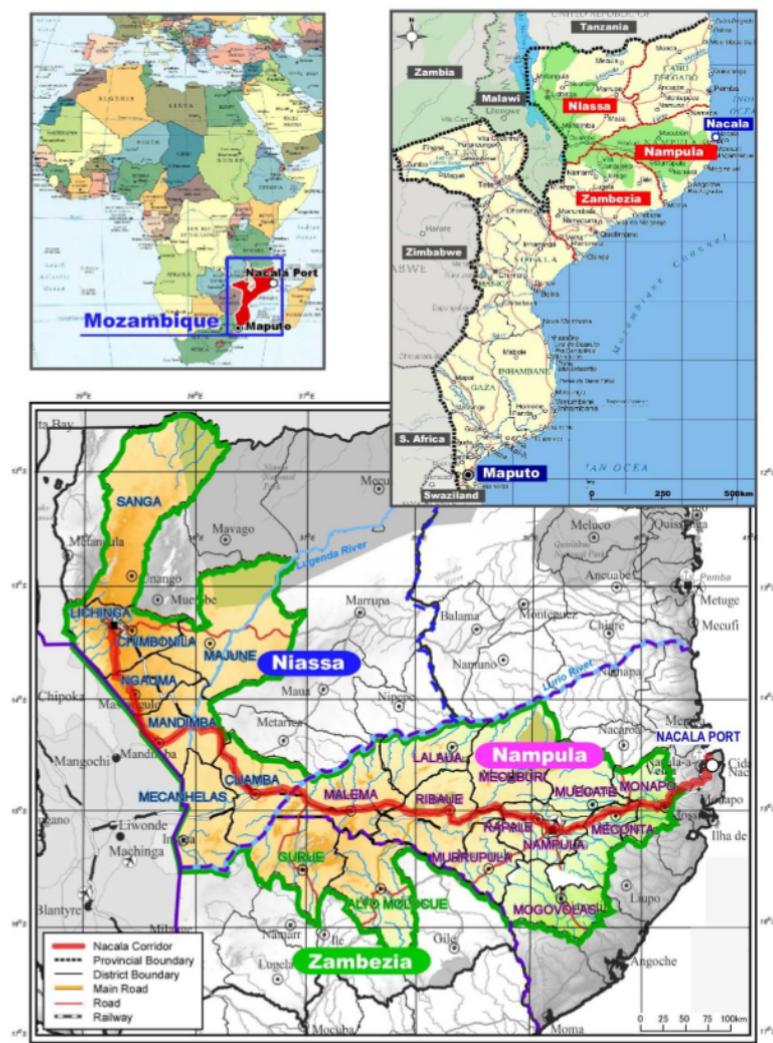
Para esta autora, interessa averiguar como os lugares a serem “desenvolvidos” são narrados pelos grandes projetos, a fim de problematizar estes espaços homogêneos e esvaziados. Não se trata de advogar uma leitura única, como se todos os projetos agissem de uma maneira idêntica, mas sim de reparar naquilo que se repete. Em termos discursivos,

identificar o que é parafrástico e refletir sobre a que(m) serve esta repetitividade. Para tanto, recorro também ao trabalho de Meira e Almeida (2015), para os quais “vazio” e “atraso” são categorias rotineiramente associadas aos programas desenvolvimentistas. A seção a seguir me dedico a averiguar, no Plano Diretor do programa e nos materiais de divulgação, quais os sentidos produzidos ao se falar no Corredor de Nacala, área que receberá as ações do ProSAVANA. Recorro também a co-textos, que permitem ampliar a compreensão daquele lugar, pois se somam e reforçam os saberes mobilizados nos documentos em análise.

#### 4.2 BUSCANDO SENTIDOS: A PRODUÇÃO DO “VAZIO” E DO “ATRASSO”

Ainda que até aqui o trabalho tenha buscado os sentidos do desenvolvimento desejado pelo ProSAVANA, fica explícito – quando da análise – que este desenvolvimento só é possível porque pressupõe um cenário ideal, quase inócuo, pronto para receber os projetos. O território compreendido pelas ações modernizantes, o Corredor de Nacala, é então descrito pelos documentos oficiais do programa; mais que narrado, este espaço é construído, processo que busco expor a partir da Análise do Discurso (AD). Este procedimento contou com uma categorização específica no *software* NVivo® 11: um nó, denominado “Corredor de Nacala”, reuniu todos os trechos em que o material em análise mencionava ou descrevia o lugar como ele é hoje, dando origem a 50 SDs nas cinco fontes (considero sequência discursiva cada um dos trechos codificados nesse nó). Além de fotos e imagens, esta categoria também inclui elementos como indicadores de produtividade, taxas de ocupação do território, entre outros.

**Figura 10** – Apresentação do Corredor de Nacala pelo Plano Diretor



LOCALIZAÇÃO DA ÁREA ESTUDO

Fonte: Moçambique (2015, sem página).

Ainda nos elementos pré-textuais, precedendo o sumário, a SD acima (Figura 10) mostra a localização do Corredor de Nacala e sua posição em relação ao continente africano e a Moçambique. O destaque, na última ilustração, é para os distritos previstos para receberem ações do ProSAVANA. Interessante perceber que, embora o programa insista que seu mercado primeiro é interno, pois visa garantir segurança alimentar e nutricional, o Porto de Nacala é destacado em cada uma das três imagens da Figura 10 acima, empreendimento este que é lembrado noutros momentos do Plano Diretor como central ao Corredor de Nacala:

A região Norte, incluindo a área do Corredor de Nacala possui recursos naturais valiosos, como o carvão, o gás natural, o solo, a água, e conta também com um porto natural de águas profundas, o Porto de Nacala. Espera-se que o sector agrícola

desempenhe um papel importante no desenvolvimento económico da região e no fornecimento de alimentos e matéria-prima para outros sectores. O desenvolvimento do corredor de Nacala poderá igualmente impulsionar o desenvolvimento de outras regiões, particularmente através da criação de oportunidades de emprego e prestação de serviços. (MOÇAMBIQUE, 2015, p. 2-23).

Já no primeiro capítulo do Plano Diretor, sem mencionar as imagens que subsidiavam esse entendimento, o documento inicia a descrição do local, conforme a SD a seguir.

A Savana Tropical no norte de Moçambique, onde o Corredor de Nacala está localizado, inclui vastas áreas de terras aráveis com chuvas regulares e solos relativamente férteis. Essas áreas oferecem um bom potencial para a expansão da produção agrícola. (MOÇAMBIQUE, 2015, p. 1-2).

Nesta descrição, é nítido o destaque dado a aspectos “naturais” do espaço em questão: a terra, a chuva, a fertilidade. A “natureza” do lugar, tida como à disposição, prevê uma expectativa de crescimento, de produtividade: mais uma vez, o desenvolvimento da região está sempre em potência. Assim, se o lugar hoje é pouco produtivo, justifica-se unicamente pela incapacidade (em especial técnica) dos sujeitos que lá estão, visto que as condições materiais e objetivas, ou seja, a natureza, é ideal para a agricultura. Este sentido é reforçado quando o documento descreve as práticas de cultivo atuais da região:

Agricultura de pousio é uma prática utilizada pelos produtores para a restauração da fertilidade natural dos solos. Contudo, o rápido aumento populacional no país tem como consequência o aumento da demanda por terra, diminuindo o período de pousio com consequências negativas para a fertilidade de solos. Nesse contexto, a combinação desses factores origina uma baixa produtividade o que torna a garantia da segurança alimentar desses produtores um desafio. (MOÇAMBIQUE, 2015, p. 1-3).

A maioria dos produtores do Corredor de Nacala é de pequena escala e praticam a agricultura de subsistência. Devido à baixa produtividade, actividade de pequena escala e falta de mercados para a comercialização dos seus produtos, o benefício da agricultura para os produtores é limitado. Assim, os produtores não têm recursos financeiros para a aquisição de insumos agrícolas. Outrossim, têm um acesso limitado ao conhecimento e a tecnologia agrícola moderna, o que restringe a capacidade de aumento da produtividade e por consequência a melhoria dos meios de subsistência. (MOÇAMBIQUE, 2015, p. 2-38).

Essa noção de incapacidade técnica dos sujeitos remete ao já discutido “atraso” da região, produção discursiva recorrente quando da implementação de grandes projetos, como bem apontam Massey (2004; 2008), Escobar (2005), Meira e Almeida (2015), dentre outros. Tal dimensão de "atraso" é produzida no que se refere às técnicas agrícolas tradicionalmente empregadas (o pousio): justifica-se assim, pela baixa produtividade, um programa que dê conta de resolver esta questão, que é encarada sempre desde o ponto de vista tecnocientífico, como Ferguson (2005) já observava em sua abordagem do desenvolvimento.

Assumindo que o desenvolvimento converte o espaço em tempo (MASSEY, 2004; 2008), pois narra o lugar em termos de atraso, isso pode ser observado já na preparação do



práticas e costumes “tradicionais”, lembrando que a população afetada se organiza de maneira distinta às ditas modernas ou ocidentais:

Esta baixa produtividade deve-se a uma combinação de vários factores, incluindo a agricultura extensiva tradicional aliada ao baixo uso de insumos e práticas inadequadas de cultivo, como a queima de restolhos e vegetação para a preparação da terra. (MOÇAMBIQUE, 2015, p. 2-5).

Os sistemas consuetudinários de gestão da terra geridos pelos líderes tradicionais serão respeitados; entretanto, serão feitas *intervenções necessárias* visando uma melhor governação da terra, em termos de sua alocação, igualdade de géneros, acerto de disputas e negociações com investidores. (MOÇAMBIQUE, 2015, p. 6-1 [grifos acrescidos]).

O atraso, portanto, está diretamente vinculado às formas locais de vida, seus conhecimentos técnicos, como na primeira SD acima, e seus modos de organização, como a segunda SD apresenta, no caso da gestão do espaço. Estas duas dimensões pretendem ser “corrigidas” pelo ProSAVANA: a modernização se fará por meio de aparatos técnicos, ainda que ambas sejam fortemente políticas. A carga política é apagada (FERGUSON, 2005), com vistas sempre ao desenvolvimento, que neste caso é medido pela produtividade.

Ao “atraso” já explicitado, soma-se outra questão: os documentos analisados constroem o Corredor de Nacala como, também, um lugar “vazio”. Isto é, a narrativa do plano Diretor e do material oficial de divulgação, empregando dados e indicadores, produz o lugar como atrasado e como lugar da falta (pois falta escola, faltam recursos para saúde, falta modernidade, falta produtividade...). Esta falta, entretanto, não é por si só algo “real” ou objetivo, mas sim construída: assim como o (sub)desenvolvimento, a falta é sempre em relação àquele que o tem. Criam-se, dessa maneira, os lugares desenvolvíveis (ESCOBAR, 2005); se o Corredor de Nacala configura-se como um espaço desocupado, este vazio nada tem de “natural”.

Ou seja, a “disponibilidade” dos chamados “grandes estoques” de terras, encravados nos denominados “vazios” populacionais, decorreu de um longo processo social de construção de novos territórios, processo esse pautado na desarticulação e desestruturação de territórios tradicionais de caça, pesca, roças, moradia, rituais, conflitos e lazer dos povos indígenas. Essa construção social do “despovoamento” foi mediada por relações de conflito e violência, levando à quase extinção de vários grupos (...). (CASTRILLON FERNÁNDEZ, 2007, p. 157).

A produção de disponibilidade, como observa Castrillon Fernández (2007), é própria ao desenvolvimento enquanto ideia-força, que, para promover seus projetos, aposta na homogeneização do espaço, eliminando o “Outro”, e, assim, toda a possibilidade de diferença. O autor analisou este processo no cerrado brasileiro, mas discursivamente isto se repete no caso do ProSAVANA, como pude identificar ao analisar os dados mobilizados pelo Plano Diretor.

De acordo com o programa de "Estudo de Zoneamento Agro-ecológico" (ZAEN), realizado pelo MASA entre 2012 e 2014, a terra arável disponível não utilizada é estimada em cerca de 1.5 milhões de hectares incluindo algumas áreas caracterizadas na área de estudo. Os resultados do estudo indicam que os distritos do leste da Província de Nampula têm poucas áreas para expansão de campos agrícolas e que os distritos da Província do Niassa ainda têm potencial considerável de desenvolvimento de terras agrícolas. (MOÇAMBIQUE, 2015, p. 2-3).

A incidência da pobreza em Moçambique melhorou entre 1996 e 2003, caindo de 69,4% para 54,1%. No entanto, entre 2003 e 2009, a incidência da pobreza permaneceu quase inalterado. A incidência da pobreza da província da Zambézia aumentou de 44,6% em 2003 para 70,5% em 2009, que foi o pior do país. Na província de Nampula a incidência da pobreza também ficou um pouco pior, passando de 52,6% em 2003 para 54,7% em 2009. Por outro lado, a incidência da pobreza na província de Niassa melhorou significativamente, reduzindo de 52,1% em 2003 para 31,9% em 2009. Assume-se como sendo a causa da deterioração da incidência da pobreza em 2008 a queda significativa no sector agrícola devido ao (tempo fora de época). Deste modo, compreende-se que a estabilidade de produção agrícola pode contribuir de forma significativa para a melhoria da incidência da pobreza em áreas onde a agricultura é a principal actividade. (MOÇAMBIQUE, 2015, p. 2-28).

Faz-se uma caracterização de um lugar pobre<sup>20</sup>, atrasado, com o respaldo de dados técnicos (e, por conseguinte, políticos) e números: taxas e índices são apresentados como medidas do mundo, mas, desde uma mirada construcionista, eles próprios produzem a realidade. Este lugar vazio a ser ocupado não é uma ideia inócua, mas sim um discurso necessário para a expansão dos grandes projetos de desenvolvimento agrícola, bem como para a apropriação (indébita) de lugares. Zoomers (2013), num sentido semelhante a Castrillon Fernández (2007), indica que tal estratégia de esvaziamento tem sido amplamente explorada, gerando efeitos semelhantes ao que se viu no centro-oeste do Brasil:

A corrida global para a terra decorre em paralelo com a rápida expansão da monocultura em grande escala (alimentação, biocombustíveis), muitas vezes, nas melhores terras agrícolas; em geral, refere-se aos solos mais férteis em áreas com chuvas suficientes, ou bom potencial para irrigação, e com melhor acesso a mercados. (...) Os problemas são causados, principalmente, pelo mito das áreas 'vazias': terras apresentadas como desocupadas são muitas vezes ocupadas por grupos locais que são forçados a sair, ou são excluídos da terra colectiva ou de uso comum (pastagens, terras usadas pelos nómadas, etc.). Hoje, é geralmente aceite, também pelo Banco Mundial, que as populações locais não fazem parte do processo de negociação. (ZOOMERS, 2013, p. 16-17).

Em diálogo com a consideração de Zoomers (2013), cabe lembrar que em Moçambique, considerando o carácter não privado do território, a legislação prevê consultas

---

<sup>20</sup> Embora esta discussão fuja ao escopo deste trabalho, remeto às reflexões de Eduardo Viveiros de Castro, autor que, no contexto indígena, sugere que o desenvolvimento atua por meio da pauperização dos sujeitos: "Para fazê-lo passar de índio a pobre, é preciso primeiro tirar dele o que ele tem — suas terras, seu modo de vida, os fundamentos ecológicos e morais de sua economia, sua autonomia política interna —, para obrigá-lo a desejar consumir o que ele não tem — o que é produzido na terra dos outros (no país do agronegócio, por exemplo, ou nas fábricas chinesas)." (FREITAS, 2015). Nesse sentido, remetendo à expressão de Ferguson (2005), o desenvolvimento pode ser entendido como uma máquina de fazer pobres.

comunitárias quando da implementação de grandes projetos ou de ocupação da terra<sup>21</sup>. Tanner (2013), ao discutir o mercado de terras no contexto moçambicano, explica este mecanismo:

O instrumento da consulta comunitária foi criado para proteger as comunidades e os seus membros contra o risco de perder as suas terras, quando houver algum projecto económico previsto na sua área. A lei obriga o investidor a fazer uma consulta, para “efeitos de confirmação de que a área está livre e não tem ocupantes” [Lei 19/907]. Em condições normais, e seguindo o raciocínio da análise sistémica acima apresentada, dificilmente se encontram ‘terras não ocupadas’. Neste caso, a consulta muda seu foco, e tem como objectivo principal estabelecer “os termos pelos quais se rege a parceria entre os titulares do direito de uso e aproveitamento da terra adquirido por ocupação e o requerente” [Decreto 66/98]. (TANNER, 2013, p. 142-143 [grifos no original]).

Ainda que a legislação moçambicana seja cuidadosa ao prever uma esfera de debate público, gostaria, com o excerto acima, de chamar a atenção para uma dimensão problemática deste mecanismo: quem controla/conduz a consulta pública é o próprio investidor. Cabe questionar: como o principal ator interessado pode ser responsável por um processo de negociação/mediação? No caso do ProSAVANA, estas consultas têm sido lideradas pela JICA, com pouca ou nenhuma presença dos governos brasileiro e moçambicano – ambos responsáveis pelo planeamento das ações do programa. Assim, o que deveria funcionar como um mecanismo de proteção para comunidades que tradicionalmente ocupam a área, acaba sendo gerador de novas tensões e silenciamentos sistémicos.

A ausência de consultas comunitárias no caso do ProSAVANA contribui para o esvaziamento discursivo do Corredor de Nacala, pois gera a impressão de que não há a quem consultar para ocupar aquele território com grandes projetos. Tal entendimento, entretanto, vem sendo refutado por diversas instituições e documentos elaborados por movimentos sociais e pelas comunidades locais, que – embora não sejam objeto de análise neste trabalho – podem ser compreendidos como contra-discursos. A Figura 12 a seguir mostra trechos de entrevistas com sujeitos que vivem no Corredor de Nacala.

---

<sup>21</sup> Não é intenção deste trabalho apresentar uma discussão acerca do carácter jurídico da terra em Moçambique. Para uma discussão a este respeito, sugere-se a obra de Serra e Carrilho (2013).

**Figura 12 – O lugar não está vazio**



Fonte: *frames* do documentário PROSAVANA: Terra Usurpada, Vida Roubada (2015).

Neste sentido, investigações como a de Santarelli (2016) e Rossi (2015), dentre outras, reúnem as manifestações da sociedade civil moçambicana, que reclama seu direito de seguir ocupando aquela terra ao seu modo. Organizações não governamentais como a Justiça Ambiental (JA!) e a Acção Académica para o Desenvolvimento das Comunidades Rurais (ADECRU), bem como associações camponesas como a União Nacional de Camponeses (UNAC) e mesmo instituições religiosas têm realizado manifestações a fim de lembrar a (r)existência de milhares de sujeitos naquele lugar. Trabalhos de reportagem como o de Zanini (2017) indicam que os próprios investidores já percebem que a savana não é tão “vazia” como seus proponentes por vezes fazem crer:

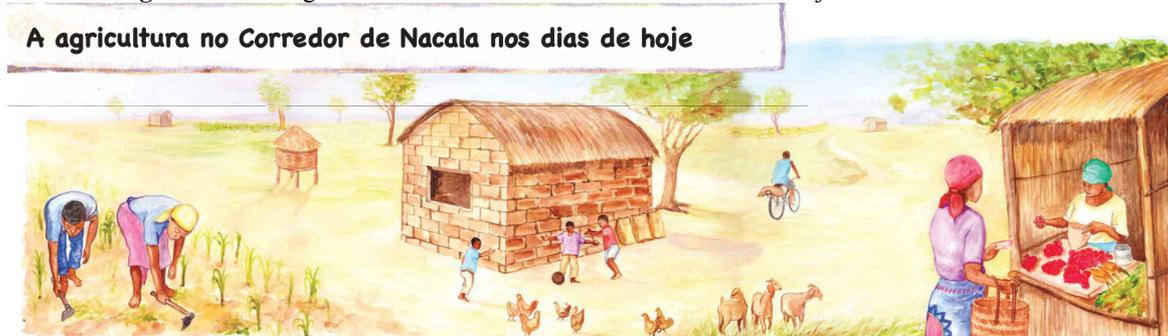
As condições climáticas, segundo ele explicou [investidor brasileiro no Corredor de Nacala], até são parecidas, mas há uma diferença fundamental: com a exceção de terras indígenas e algumas pequenas comunidades de camponeses, o cerrado era um grande vazio antes de dar lugar ao agronegócio. Em Moçambique, está tudo ocupado. “Você encontra gente espalhada pelo país todo. Em todo lugar tem as machambas. Tem gente, as pessoas moram lá, tem de ser respeitado”, afirmou. (ZANINI, 2017, p. 173).

Ainda que seja bastante questionável a ideia de que o cerrado brasileiro estava vazio antes dos grandes projetos de desenvolvimento agrícola, como bem apontam, dentre outros, Castrillon Fernández (2007) e Fleury (2008), é interessante notar que a produção de sentidos nesta direção já vem sendo tensionada com contra-discursos de origens e ordens variadas<sup>22</sup>. Entretanto, mesmo que o discurso desenvolvimentista oficial sofra alguns abalos, ele segue produzindo um espaço pronto para ser ocupado pelos projetos do ProSAVANA.

<sup>22</sup> Diversas entrevistas que realizei para outro trabalho, em andamento, corroboram para esta compreensão. Dentre estas, cito: “É isso que eu estou a dizer: não tem terra abandonada aqui. Não tem terra que não se usa. Não temos. E nós também... a terra não estamos só a usar para nós. Nós estamos a cuidar da terra, contando com a nossa futura geração.” (Liderança camponesa da província de Nampula. Entrevista. Nampula: março/2017).

Toda essa produção do lugar como vazio e atrasado, identificada a partir de diversas SDs no Plano Diretor e no material de divulgação oficial, apresenta-se visualmente em um pôster do ProSAVANA, que ilustra como o Corredor de Nacala é atualmente (Figura 13).

**Figura 13** – “A agricultura no Corredor de Nacala nos dias de hoje”: folder do ProSAVANA



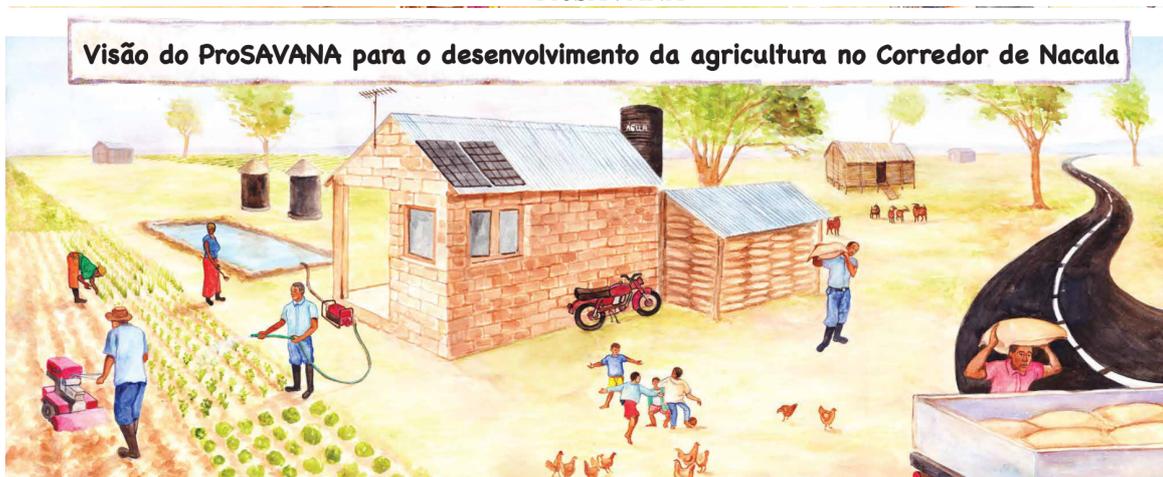
Fonte: recortado de <goo.gl/LsjFjd>. Acesso em: 19 jun. 2017.

Na ilustração, fica evidente a produção esparsa do que parece ser milho, assim como poucos animais soltos. Fica subjacente a isso uma crítica às técnicas usualmente empregadas pela população local, que seriam as responsáveis pela baixa produtividade: a enxada de cabo curto, no canto esquerdo da imagem, é o retrato da insuficiência e do atraso da região. O Corredor de Nacala, ainda, é “esvaziado” na imagem: não há infraestrutura moderna e, ao lado da casa simples, crianças se divertem jogando bola. As mulheres, nesta imagem, são a maioria: é possível vê-las na produção, pois há uma mulher com pés descalços na pequena *machamba*, e na comercialização dos produtos, representada por uma pequena banca no canto direito da imagem, onde mulheres com trajés de *capulana* negociam alimentos *in natura*, sem embalagem. As mulheres, aliás, são o rosto do Corredor da Nacala, visto que, dentre outras, a etnia macua, maioria na região, se estrutura de modo matrilinear, como o próprio Plano Diretor alerta:

No Corredor de Nacala, onde as tribos Macua e Ajaua são dominantes, o sistema matrilinear prevalece, e a alocação dos recursos naturais são determinados pela regra matrilinear. No sistema matrilinear, a linhagem é mantida através da linha feminina. A regra matrilinear é aplicada a sucessão e /ou herança, em que as propriedades familiares e legitimidade são herdadas da mãe ou tios maternos para a próxima geração. Propriedade de um homem é herdada por seus sobrinhos (filhos da irmã), ao invés de seus próprios filhos. (MOÇAMBIQUE, 2015, p. 2-30).

É justamente por essa especificidade da região – o sistema matrilinear – que a Figura 14 a seguir chama a atenção: ao ilustrar o desenvolvimento pretendido para a região, as mulheres são “apagadas”. Na “Visão do ProSAVANA para o desenvolvimento da agricultura no Corredor de Nacala” os homens são os principais responsáveis pela adoção de técnicas modernas de cultivo; as mulheres, seguem com enxadas de cabo curto.

Figura 14 – “Visão do ProSAVANA para o desenvolvimento da agricultura no Corredor de Nacala”: folder do ProSAVANA



Fonte: recortado de <goo.gl/LsjFjd>. Acesso em: 19 jun. 2017.

Além do desenvolvimento esconder as mulheres (onde estão? dentro de casa?), também chama a atenção uma característica do vestuário: na Figura 14, os sujeitos que trabalham estão calçados com botas, ao contrário do que se vê na Figura 13, na qual pés nus tocam a terra. Tudo isto sugere que o desenvolvimento é homem e usa sapatos.

A imagem ilustra, ainda, o que o programa compreende como desenvolvimento, já discutido no capítulo anterior: produtividade, vide a *machamba* ampla e “organizada” em linhas; emprego de tecnologia, expresso no uso de máquinas, reservatório de água e irrigação do cultivo; e aumento da infraestrutura, tal como a estrada asfaltada que amplia a distância da comercialização, os veículos que levarão a produção ao consumidor, os espaços de confinamento dos animais (ao fundo da imagem) e a própria moradia, com painéis solares e chapas de zinco, que tem como anexo um estoque para a produção.

Averiguando o material de comunicação do ProSAVANA e o Plano Diretor do projeto, foi possível observar como, discursivamente, se produz o “atraso” e o “vazio”. Considerando, conforme Massey (2004; 2008), o *lugar* como a esfera do encontro de uma multiplicidade de trajetórias que se afetam – ou seja, como espaço da diferença – vejo que o ProSAVANA narra/cria o Corredor de Nacala desde uma perspectiva de lugares retardatários na esteira do progresso, *esvaziando a própria possibilidade de existência legítima daquele lugar* antes do advento programa. O que parece haver, portanto, é a produção de uma espécie lugar em potência – quase como um não-lugar – que precisa de projetos de modernização para se realizar efetivamente.

Assim, considero que a perspectiva crítica ao desenvolvimento aqui mobilizada (ESCOBAR, 2005; FERGUSON, 2005, QUINTERO, 2015), somada à análise dos textos selecionados por meio da AD, permitiu admitir que há uma construção discursiva de sentidos que “esvazia” o lugar, produzindo espaços assépticos como que “à espera do desenvolvimento”. Essa característica, entretanto, não é um traço distintivo do ProSAVANA, mas sim uma recorrência no âmbito dos grandes projetos de desenvolvimento.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Intitulei este exercício de investigação “*Narrando ‘vazios’, produzindo o espaço: o discurso do desenvolvimento no caso do ProSAVANA/Moçambique*”: com esta frase, procurei sintetizar o trabalho que agora concluo. Nela, explico o tema, o desenvolvimento, e o objeto em análise, o ProSAVANA, bem como dou pistas do percurso metodológico, que se ancorou no discurso. Adotei, portanto, as premissas da Análise do Discurso de matriz francesa, ou seja, assumi que a língua e os sentidos não são únicos nem controláveis, mas escapam. Quanto à proposição inicial – “*Narrando ‘vazios’, produzindo o espaço*” –, trata-se de uma tentativa de expor, por um lado, as premissas teóricas que orientaram a pesquisa e, por outro, apresentar o resultado primeiro da mesma.

No plano teórico, apostei na noção de que o desenvolvimento é uma ideia-força do mundo moderno (QUINTERO, 2015), que, ao (dizer) agir por meio da técnica, busca esvaziar o seu caráter político (FERGUSON, 2005). Ou seja, o próprio ProSAVANA se justifica e se constrói no apagamento do outro, da diferença e da divergência, tornando tudo uma pauta técnica: há que se modernizar o Corredor de Nacala, pela adoção de novas tecnologias e transformações na base técnica da produção. Não são as disputas políticas – por visão de mundo e de desenvolvimento desejado – que são colocadas em jogo; estas, são silenciadas e deslocadas.

Busquei experimentar esta ideia ao longo da investigação, articulada a uma perspectiva construcionista e relacional do espaço (MASSEY, 2004; 2008): o espaço não *é*, ele *está* sempre *em relação a*. Esta abordagem dialoga com a AD, para a qual os sentidos são sempre construídos e não contidos no texto em si; assim como com a crítica do desenvolvimento articulada por Ferguson (2005) e Escobar (2005). Daí o título deste trabalho: ao narrar um suposto “vazio” e atrasado, o discurso do ProSAVANA acaba por *produzir* um espaço, não apenas descrevê-lo.

Este espaço produzido como “desenvolvível” é assim lido em uma relação com o centro-oeste brasileiro: o cerrado e a savana moçambicana, por estarem situados em posições análogas no globo terrestre (entre os paralelos 13°S e 17°S), compartilhariam uma mesma natureza. Dessa maneira, remetendo ao processo de modernização da agricultura ocorrido no Brasil desde a década de 1960 e a programas de cooperação que o viabilizaram, como o PRODECER, o desenvolvimento (agrícola) do Corredor de Nacala está sempre em potência, numa espécie de vir a ser. Pois se o desenvolvimento pôde ter lugar no cerrado, é só uma

questão de tempo para que o ProSAVANA o repita em Moçambique: o país está apenas “atrasado”.

Daí a identificação de uma Formação Discursiva predominante, a qual denominei “desenvolvimentista”. Esta contém e mobiliza saberes que dão conta de um imperativo da produtividade, o qual pode ser atingido apenas pela modernização das práticas e da cultura agrícola (o que se faz unicamente por meio da tecnologia). Neste sentido, quaisquer práticas e saberes dissonantes dos modernos e tecnológicos pretendidos, como o sistema de pousio e a terras comunitárias, são tidos como sinônimo de atraso. Ainda que esta seja uma FD dominante, ela não é homogênea; observei duas posições-sujeito nela contidas, as quais não negam os valores próprios à FD (pelo contrário, compartilham), mas se apropriam destes de maneiras diferentes. Ainda que se ancorem em uma noção bastante semelhante do que é o desenvolvimento desejável e como este pode ser alcançado, a primeira posição-sujeito – que é a mais recorrente – vê nele um fim em si mesmo, isto é, o desenvolvimento não é algo negociável, mas sim um projeto necessário; já a segunda posição-sujeito justifica o ProSAVANA (e, assim, o próprio desenvolvimento) pelos efeitos positivos que ele virá a exercer na vida dos indivíduos. Interessante notar que a primeira posição-sujeito é mais frequente no Plano Diretor do projeto, enquanto a segunda pode ser encontrada especialmente nos materiais de divulgação do ProSAVANA (pôster, folder e folhetos). Sendo assim, em linhas gerais, sugiro que a FD desenvolvimentista identificada se desdobra em duas posições que diferem quanto ao lugar ocupado pelos *indivíduos* no desenvolvimento: na primeira delas, eles não são necessariamente uma questão, enquanto na segunda eles são o objeto do desenvolvimento.

Ainda que este trabalho não tenha pretendido realizar esta discussão, fica patente o quanto o desenvolvimento, ao transformar o “Outro” em “mesmo”, não o faz apenas com o espaço, mas também com os sujeitos. Isto é, o desenvolvimento enquanto ideia-força conforma corpos: apaga ou esvazia também a diferença entre os indivíduos, para que estes se transformem no substrato ideal para receber novos valores. No caso do ProSAVANA, o Plano Diretor postula a construção de centros de formação de lideranças comunitárias, bem como estabelecimentos de ensino e escolas agrícolas; no material de comunicação, um pôster ilustra o que o programa quer para o Corredor de Nacala, tornando este espaço produtivo, moderno e com novos sujeitos, o que fica expresso nas figuras com trajes outros que aqueles costumeiramente utilizados. O desenvolvimento é moderno, é organizado, é um homem que usa sapatos. Esta é uma dimensão que merece novas investigações: mais que o espaço que se deseja e se produz, qual é o sujeito produzido pelo desenvolvimento?

Com este exercício de pesquisa, não se pretendeu originalidade, mas sim contribuir para uma ampla discussão crítica do desenvolvimento, a qual busca desconstruir seu sentido de unanimidade e universalidade: pelo contrário, o desenvolvimento é um projeto situado e interessado. Assumindo que o conhecimento não se produz sozinho e nem de forma solitária, desejo, com este trabalho, somar dados a partir da análise de um caso específico, o ProSAVANA, às tantas outras investigações que vêm sendo realizadas, em especial no Brasil e em Moçambique (os lugares desde e sobre onde falo). Assim, este estudo espera contribuir para que se sigam identificando as recorrências do discurso do desenvolvimento, a fim de que, com isso, se possa descrever uma espécie de *modus operandi* do desenvolvimento moderno.

Desde o ponto de vista acadêmico este trabalho já foi, penso, suficientemente justificado, mas gostaria de encerrá-lo mobilizando um argumento que é fruto de uma postura absolutamente pessoal. Se é costume arrematar as conclusões finais sugerindo a necessidade de novos estudos e abordagens, ao contrário, espero que em um futuro próximo não sejam mais possíveis este tipo de pesquisas: já é sabido como os grandes projetos de desenvolvimento operam, bem como os seus efeitos em geral perversos para os sujeitos e para a natureza. Deste modo, o desejo final é que, em breve, esta pesquisa se constitua como registro de um tempo passado – ainda que eu saiba do caráter utópico desta sugestão.

## REFERÊNCIAS

- ABC. *Memorandum de Entendimento sobre a Cooperação Triangular para o Desenvolvimento da Agricultura das Savanas Tropicais em Moçambique*. Ata da reunião realizada no dia 17 de setembro de 2009. (Documento interno). Disponível em: <<http://www.prosavana.gov.mz/wp-content/uploads/2015/04/17-set-2009-P1.pdf>>. Acesso em: 30 mar. 2017.
- ALMEIDA, Elga Lessa de. O ProSavana e a cooperação brasileira: as contradições do discurso e da prática brasileira em Moçambique. *3o Seminário de Relações Internacionais da ABRI: repensando interesses e desafios para a inserção internacional do Brasil no Século XXI*. Florianópolis: 2016. Disponível em: <<http://www.seminario2016.abri.org.br/simposio/anaiscomplementares>>. Acesso em: 19 jun. 2017.
- ALMEIDA, Jalcione. Da ideologia do progresso à ideia de desenvolvimento (rural) sustentável. In: ALMEIDA, Jalcione.; NAVARRO, Zander (Org.). *Reconstruindo a agricultura: ideias e ideais na perspectiva do desenvolvimento rural sustentável*. Porto Alegre: Editora da Universidade (UFRGS), 1997, v. 1. P. 33-55.
- ALTHUSSER, Louis. Ideologia e Aparelhos Ideológicos de Estado. In: ZIZEK, Slavoj (Org.). *Um mapa da ideologia*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.
- ARAGÃO, Fernanda Maria Baraúna de Freitas. Participação da sociedade civil no desenvolvimento agrícola de Moçambique: um olhar sobre o ProSavana. *3o Seminário de Relações Internacionais da ABRI: repensando interesses e desafios para a inserção internacional do Brasil no Século XXI*. Florianópolis: 2016. Disponível em: <<http://www.seminario2016.abri.org.br/simposio/anaiscomplementares>>. Acesso em: 19 jun. 2017.
- BATISTELLA, Mateus; BOLFE, Edson Luís. *Paralelos: Corredor de Nacala*. Brasília: Embrapa, 2010.
- BENETTI, Marcia. Análise do Discurso em jornalismo: estudo de vozes e sentidos. In: LAGO, Claudia; BENETTI, Marcia. *Metodologia da pesquisa em jornalismo*. Petrópolis: Vozes, 2007. P. 107-122.
- CASTRILLON FERNANDÉZ, Antonio João. *Do cerrado à Amazônia: as estruturas sociais da economia da soja em Mato Grosso*. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural). UFRGS, 2007. Disponível em: <<https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/14276/000660540.pdf?sequence=1>>. Acesso em 10 out. 2016.
- CLASSEN Sayaka Funada. *Analysis of the discourse and background of the ProSavana Programme in Mozambique: focusing on Japan role*. Tokyo: Tokyo University of Foreign Studies, 2013.
- COELHO, Vanessa Pfeifer. *Pelos corredores da exportação: a agricultura familiar do Brasil para a África*. Tese (Doutorado em Sociologia). UFRGS, 2015.

DELGADO, Guilherme Costa. *Do capital financeiro na agricultura à economia do agronegócio: Mudanças cíclicas em meio século (1965-2012)*. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2012.

DeVRIES, Pieter. Don't compromise your desire for development! A Lacanian/Deleuzian rethinking of the anti-politics machine. *Third World Quarterly*, 28 (1): 25-43, 2007.

ESCOBAR, Arturo. El "postdesarrollo" como concepto y práctica social. In: MATO, D. (coord.). *Políticas de economía, ambiente y sociedad en tiempos de globalización*. Caracas: Universidad Central de Venezuela. 2005. p. 17-31.

FERGUSON, James, RABOSSI, Fernando, KANT DE LIMA, Ricardo. Entrevista com James Ferguson (Jim) realizada por Fernando Rabossi e Roberto Kant de Lima em Niterói, Rio de Janeiro. *Antropolítica: Revista Contemporânea de Antropologia*, América do Norte, 1, oct. 2011. Disponível em: <http://www.revistas.uff.br/index.php/antropolitica/article/view/58>. Acesso em: 27 abr. 2017.

FERGUSON, James. *The anti-politics machine: "development", depoliticization, and bureaucratic power in Lesotho*. Cambridge; New York: Cambridge University Press, 2005.

FERRANTE, Elena. *A Amiga Genial - Série Napolitana*. São Paulo: Biblioteca Azul, 2015.

FLEURY, Lorena Cândido. *Cerrado para ser o quê? representações sociais e conflitos ambientais em torno do Parque Nacional das Emas, Goiás*. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural). UFRGS, 2008. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/10183/14898>>. Acesso em 13 abr. 2017.

FREITAS, Guilherme. Eduardo Viveiros de Castro: 'O que se vê no Brasil hoje é uma ofensiva feroz contra os índios'. *O Globo*. Rio de Janeiro [não paginado], 22 ago. 2015. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/cultura/livros/eduardo-viveiros-de-castro-que-se-ve-no-brasil-hoje-uma-ofensiva-feroz-contr-os-indios-17261624>>. Acesso em: 19 jun. 2017.

GRAZIANO DA SILVA, José. *A nova dinâmica da agricultura brasileira*. São Paulo: Unicamp, 1996.

GOODMAN, David; SORJ, Bernardo; WILKINSON, John. *Da Lavoura às Biotecnologias: agricultura e indústria no sistema internacional*. Rio de Janeiro, Campus, 1990.

GRIGOLETTO, Evandra. *Sob o rótulo do novo, a presença do velho: análise do funcionamento da repetição e das relações divino temporal no discurso da Renovação Carismática Católica*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003.

HEREDIA, Beatriz; PALMEIRA, Moacir; LEITE, Sergio Palmeira. Sociedade e economia do "agronegócio" no Brasil. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 25, n. 74, outubro de 2010. P. 159-196.

HOEBEL, Adamson E.; FROST, Everett L.. *Antropologia Cultural e Social*. São Paulo: Cultrix, 1995.

HOUTZAGER, Peter. Estado e sindicato na transformação do mundo rural brasileiro – 1964-1979. In: HOUTZAGER, Peter. *Os últimos cidadãos: conflito e modernização no Brasil rural (1964-1995)*. São Paulo. Ed. Globo, 2004. p. 46-89.

INDURSKY, Freda. Os estudos da linguagem e suas diferentes concepções de língua. In: HENRIQUES, C. C.; SIMÕES, D. (Orgs.). *Língua Portuguesa: reflexões sobre descrição, pesquisa e ensino*. Rio de Janeiro: Europa, 2005. p.15-37.

\_\_\_\_\_. Unicidade, desdobramento, fragmentação: a trajetória da noção de sujeito na Análise do Discurso. In: MITTMAN, S; GRIGOLETTO, E; CAZARIN, E. (Orgs.). *Práticas discursivas e identitárias: sujeito e língua*. Porto Alegre: Nova Prova, 2008. p. 9- 33.

KAGEYAMA, Angela. *Desenvolvimento Rural: conceitos e aplicações ao caso brasileiro*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008.

LEANDRO FERREIRA, Maria Cristina. *Glossário de termos do discurso*. Porto Alegre: Gráfica da UFRGS, 2001.

LÉVI-STRAUSS, Claude. Estructuralismo e ecologia. In: \_\_\_\_\_. *O olhar distanciado*. Lisboa: Edições 70, 1986.

MASSEY, Doreen. Filosofia e Política da espacialidade: algumas considerações. In: *GEOgra-phia*. Rio de Janeiro, Ano 06, no 12, p. 07-23, 2004. Disponível em: <http://www.uff.br/geographia/ojs/index.php/geographia/article/view/151/146> .

\_\_\_\_\_. *Pelo Espaço: uma nova política da espacialidade*. Bertrand Brasil, 2008.

MEIRA, Ana Claudia; ALMEIDA, Jalcione. Conflitos ambientais como categoria de análise: cosmopolítica e sentimentos de justiça/injustiça. In: *XXX Congreso da ALAS, Anais...* Costa Rica, 2015.

MOÇAMBIQUE. Ministério da Agricultura e Segurança Alimentar. *Plano Director para o Desenvolvimento Agrário do Corredor de Nacala em Moçambique*. Esboço Versão 0. Mar. 2015. Maputo: MASA, 2015. Disponível em: < [http://www.prosavana.gov.mz/wp-content/uploads/2015/09/1.Master\\_Plan\\_Draft\\_Zero\\_Main\\_Revisao1.pdf](http://www.prosavana.gov.mz/wp-content/uploads/2015/09/1.Master_Plan_Draft_Zero_Main_Revisao1.pdf)>. Acesso em 31 maio 2017.

MORAES, Alex Martíns. Entre la máquina anti-política y la máquina deseante. *Trama*, n. 6, p. 23–32, 2015.

MOSCA, João; BRUNA, Natacha. ProSAVANA: Discursos, Práticas e Realidades. *Observador Rural (OMR)*. N.31, ago., 2015. (Working Paper).

NAÇÕES UNIDAS. *State of Commodity Dependence 2014*. Nova York e Genebra: Nações Unidas, 2015. 201 p. Disponível em: <[http://unctad.org/en/PublicationsLibrary/suc2014d7\\_en.pdf](http://unctad.org/en/PublicationsLibrary/suc2014d7_en.pdf)>. Acesso em: 14 jun. 2017.

NESKE, Márcio Zamboni. *Colonialidade e desenvolvimento: A resignificação do lugar em "zonas marginalizadas" no sul do Rio Grande do Sul*. Universidade Federal do Rio Grande do

Sul - Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural (Tese de Doutorado). Porto Alegre, 2014.

ORLANDI, Eni Pulccineli. Exterioridade e ideologia. *Caderno Estudos Linguísticos*, Campinas, 30, p. 27-33, jan./jun. 1996.

PÊCHEUX, Michel; FUCHS, Catherine. A propósito da Análise Automática do Discurso: atualização e perspectivas. In: GADET, Françoise; HAK, Tony. (Orgs.) *Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. 2.ed. Campinas: Unicamp, 1993. p.163-187.

PÊCHEUX, Michel. *Semântica e Discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1988.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. *A Globalização da Natureza e a natureza da globalização*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.

PROSAVANA: Terra Usurpada, Vida Roubada. Maputo (Moçambique): ADECRU (Acção Académica Para O Desenvolvimento das Comunidades Rurais), 2015. (19 min.), son., color. Legendado. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=zQ82-C6hHRo>>. Acesso em: 19 jun. 2017.

QUINTERO, Pablo. *Antropologia del desarrollo: perspectivas latino-americanas*. Buenos Aires: Kula, 2015.

RADOMSKY, Guilherme F. W.. Biopolítica e Desenvolvimento? Foucault e Agamben sobre Estado, Governo e Violência. *DADOS – Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, vol. 58, no 2, 2015, p. 537-567.

\_\_\_\_\_. Desenvolvimento, Pós-estruturalismo e Pós-desenvolvimento. A crítica da modernidade e a emergência das modernidades alternativas. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 2011, v. 26, n. 75, p. 149-193.

RIBEIRO, Gustavo Lins. Poder, redes e ideologia no campo do desenvolvimento. *Novos Estudos CEBRAP*, v. 80, p. 109-125, 2008.

ROSSI, Amanda. *Moçambique, o Brasil é aqui: Uma investigação sobre os negócios brasileiros na África*. Rio de Janeiro: Record, 2015.

SALAZAR PESSÔA, Vera Lúcia; INOCÊNCIO, Maria Erlan. O PRODECER (re)visitado: as engrenagens da territorialização do capital no Cerrado. *CAMPO-TERRITÓRIO: Revista de Geografia Agrária*. Edição especial do XXI ENGA-2012, jun., 2014. P. 1-22.

SANTARELLI, Mariana. *Do cerrado brasileiro à savana moçambicana: controvérsias da cooperação brasileira na promoção de uma nova Revolução Verde na África*. Tese (Doutorado em Ciências Sociais). UFRRJ, 2016.

SAUSSURE, Ferdinand de. *Curso de Linguística Geral*. São Paulo: Cultrix, 1977.

SCHLESINGER, Sergio. *Cooperação e Investimentos do Brasil na África: o caso do Prosavana em Moçambique*. FASE, Rio de Janeiro, 2013. Disponível em <[http://fase.org.br/wp-content/uploads/2013/05/Caderno\\_Pro savana\\_FASE.pdf](http://fase.org.br/wp-content/uploads/2013/05/Caderno_Pro savana_FASE.pdf)>. Acesso em 6 out. 2016.

SERRA, Carlos Manuel; CARRILHO, João. *Dinâmicas da Ocupação e do Uso da Terra em Moçambique*. Maputo: Escola Editora, 2013.

SILVA, Elaine Barbosa da. *A dinâmica socioespacial e as mudanças na cobertura e uso da terra no bioma cerrado*. Tese (Doutorado em Geografia). UFG, 2008. Disponível em: <<https://repositorio.bc.ufg.br/tede/bitstream/tede/3277/5/Tese%20-%20Elaine%20Barbosa%20da%20Silva%20-%202013.pdf>>. Acesso em 13 abr. 2017.

TANNER, Christopher. Valorizar a terra em Moçambique: um processo inclusivo ou divisivo? In: SERRA, Carlos Manuel; CARRILHO, João. *Dinâmicas da Ocupação e do Uso da Terra em Moçambique*. Maputo: Escola Editora, 2013. P. 129-150.

ZANINI, Fábio. *Euforia e fracasso do Brasil grande: política externa e multinacionais brasileiras na Era Lula*. São Paulo: Contexto, 2017.

ZOOMERS, Annelies. Lidar com a corrida global à terra: uma análise crítica das políticas rurais sobre a terra, desde os anos 50. In: SERRA, Carlos Manuel; CARRILHO, João. *Dinâmicas da Ocupação e do Uso da Terra em Moçambique*. Maputo: Escola Editora, 2013. P. 13-50.

## Memorandum de Entendimento sobre a Cooperação Triangular para o Desenvolvimento da Agricultura das Savanas Tropicais em Moçambique

Tendo como base o "Programa de Parceria Japão Brasil (JBPP)", celebrado em Março de 2000, a Presidente da Agência de Cooperação Internacional do Japão (JICA), Sadako Ogata e o Ministro das Relações Exteriores da República Federativa do Brasil, Embaixador Celso Luís Nunes Amorim, anunciaram em Abril de 2007 o fortalecimento da Assistência para a África por meio da cooperação no âmbito do JBPP.

Entendendo que em Julho de 2009, na Cimeira de Áquila, o então Primeiro-Ministro do Japão, Taro Aso e o Presidente da República Federativa do Brasil, Luís Inácio Lula da Silva, concordaram em promover o desenvolvimento da agricultura em Moçambique através da cooperação no âmbito do JBPP, aproveitando o conhecimento acumulado na execução do Programa de Cooperação para o Desenvolvimento Agrícola dos Cerrados;

Considerando os entendimentos firmados, a Missão Japonesa, Chefiada pelo Vice-Presidente Senior da JICA, Kenzo Oshima e a Missão Brasileira, Chefiada pelo Director da Agência Brasileira de Cooperação (ABC), Ministro Marco Farani, visitaram a República de Moçambique de 16 a 19 de Setembro de 2009;

Durante a estadia, a Missão Conjunta manteve uma série de discussões com o Ministro da Agricultura, Soares B. Nhaca, o Ministro da Planificação e Desenvolvimento, Aiuba Cuereneia e outras autoridades concernentes deste país, sobre a estrutura básica do Programa de Cooperação Triangular para o Desenvolvimento da Agricultura das Savanas Tropicais de Moçambique;

As partes representadas pelos signatários do presente documento acordaram em registar os resultados das discussões sobre o presente Estudo Conjunto para cooperação Japão-Brasil-Moçambique, conforme anexo, bem como em continuar a promover acções conjuntas voltadas para a rápida concretização do Programa desta Cooperação Triangular.

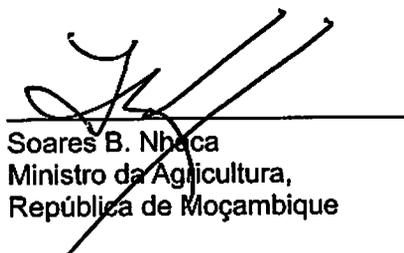
Maputo, Moçambique, 17 de Setembro de 2009



Kenzo Oshima  
Vice-Presidente,  
Agência de Cooperação Internacional do  
Japão



Marco Farani  
Director,  
Agência Brasileira de Cooperação



Soares B. Nhaca  
Ministro da Agricultura,  
República de Moçambique

## **1. Antecedentes e Acontecimentos Relativos ao Programa de Cooperação para o Desenvolvimento da Agricultura das Savanas Tropicais em Moçambique**

- (1) O Programa de Cooperação Brasil-Japão para o Desenvolvimento Agrícola dos Cerrados Brasileiros, iniciado na década de 1970, implementou por cerca de 20 anos, projetos de Cooperação Técnica e de Cooperação Financeira, contribuindo enormemente não só para o desenvolvimento do interior do Brasil mas, também, para equilibrar a oferta e procura de alimento a nível global através do aumento da produção de alimentos. Por meio do desenvolvimento agrícola dos cerrados, o Brasil detém hoje vasto conhecimento relacionado ao desenvolvimento agrícola sustentável em zonas de savanas tropicais. Com base nesses acontecimentos, no dia 3 de Abril de 2009, o Vice-Presidente senior da JICA, Kenzo Oshima, e o Diretor da Agência Brasileira de Cooperação (ABC), Ministro Marco Farani, assinaram a “Minuta de Entendimento” pela qual confirmaram interesse mútuo no tocante ao “Programa de Parceria Japão Brasil de Cooperação para o Desenvolvimento das Savanas Tropicais Africanas, tendo como base os resultados do Programa de Cooperação Brasil-Japão para o Desenvolvimento dos Cerrados”.
- (2) Considerando que cerca de 70% do território de Moçambique (aproximadamente 540 mil km<sup>2</sup>) é classificado como região de savanas tropicais, existindo uma extensa área de terras cultiváveis não utilizadas, a Missão que o Ministério da Agricultura de Moçambique enviou à região dos cerrados no Brasil, em Maio de 2009, constatou que há muitos pontos de semelhança entre o Cerrado Brasileiro e a Savana Tropical de Moçambique e que existem muitos exemplos de técnicas agrícolas que podem lhes servir de referência.
- (3) Baseado na “Minuta de Entendimento” mencionada no item 1(1) acima, a Missão Preliminar Conjunta Operacional do Japão e do Brasil, que foi enviada a Moçambique em junho de 2009, manteve uma série de discussões com o Ministério da Agricultura daquele país no tocante à estrutura básica do programa de Cooperação Triangular. Além disso, foram criados Grupos de Trabalho no Japão, no Brasil e em Moçambique para a promoção das atividades da Cooperação Triangular (vide Anexo 1).
- (4) As discussões entre a Missão Conjunta no âmbito do JBPP e o Ministério da Agricultura e Ministério da Planificação e Desenvolvimento de Moçambique foram realizadas após a sucessão dos acontecimentos acima mencionados.

## **2. Significados e Desafios da Cooperação Triangular**

As partes compartilham os seguintes entendimentos básicos em relação ao significado e desafios da Cooperação Triangular.

- (1) A área da Savana da Guiné Africana é de aproximadamente 700 milhões de hectares, dos quais aproximadamente 400 milhões de hectares são considerados

cultiváveis, existindo aí a maior área agrícola não utilizada do planeta (vide Anexo) O desenvolvimento agrícola sustentável das savanas tropicais africanas, incluindo Moçambique, servirá não somente para a garantia da segurança alimentar da população local ou para o desenvolvimento socioeconômico da região, mas, a médio prazo, também contribuirá enormemente para a garantia da segurança alimentar do planeta.

- (2) Em Moçambique, 70% da população total reside em zonas rurais, onde 95% das pessoas com emprego dedica-se à agricultura. 96% da totalidade de agricultores é constituída por pequenos agricultores familiares (área de cultivo de 1 a 2 hectares) e a maior parte desenvolve uma agricultura de subsistência com baixo investimento e baixa produtividade. Ademais, a taxa de aproveitamento de terras agrícolas está estagnada em cerca de 4%. No entanto, considerando-se que as savanas em torno da região setentrional de Moçambique são dotadas de uma vasta área cultivável com um volume significativo de chuvas, é extremamente elevado o seu potencial para expandir a produção agrícola. Se houver investimentos em técnicas avançadas ou injeção de capital, bem como se for promovida a organização dos agricultores através do presente programa de Cooperação Triangular, há expectativas de grandes impactos significativos para o aumento da produtividade agrícola.
- (3) Espera-se que o conhecimento acumulado através do Desenvolvimento do Cerrado Brasileiro contribua para a melhoria da produtividade agrícola das Savanas Tropicais Africanas, através de técnicas de correção do solo ou da introdução de variedades adequadas de diferentes culturas. No entanto, considerando-se que a condição socio econômica da região do Cerrado Brasileiro difere em grande parte da Savana Tropical Africana, será preciso criar "Novos Modelos de Desenvolvimento Agrícola Sustentável" específicos para essa Região.
- (4) Na criação de "Novos Modelos de Desenvolvimento Agrícola Sustentável" para as Savanas Tropicais de Moçambique, deverá tomar-se em consideração "a Garantia da Segurança Humana", "a Garantia de Segurança Alimentar" e a redução da pobreza da população local, bem como a protecção da vida silvestre e a conservação do meio ambiente, ao mesmo tempo em que é preciso ter como propósito um desenvolvimento agrícola / rural / regional com capacidade competitivas baseado nas leis de mercado.

### **3. Estrutura Básica do Programa de Cooperação Triangular**

Como resultado das discussões, as partes concordam em engajar-se no Programa de Cooperação, de acordo com a estrutura básica abaixo, e envidarão esforços para a rápida concretização do Programa. No entanto, ficou acertado que quando, em função dos vários tipos de levantamento e discussões futuras, surgir a necessidade de alterações, a estrutura básica será alterada de comum acordo, e mediante discussão entre as três partes.

- (1) Objetivo do Programa

Através da Cooperação Triangular entre Japão, Brasil e Moçambique, serão criados “Modelos de Desenvolvimento Agrícola Sustentável na região das Savanas Tropicais de Moçambique”, levando em consideração a conservação do meio ambiente, buscando o desenvolvimento agrícola / rural / regional com capacidade competitiva e com base nas leis do mercado.

**(2) Nome do Programa**

Programa de Cooperação Triangular para o Desenvolvimento Agrícola das Savanas Tropicais Africanas entre Japão, Brasil e Moçambique (ProSAVANA-JBM)

**(3) Região Preferencial Objecto do Programa**

Tendo em conta a semelhança do seu ambiente natural em relação à região do Cerrado Brasileiro, as condições atuais de infra-estrutura para comercialização e as políticas, leis e regulamentos de Moçambique, a “Região do Corredor de Nacala”, localizada ao norte de Moçambique, foi escolhida como a região objeto preferencial, na qual serão realizados os levantamentos futuros e desenvolvido o Programa.

**(4) Principais Culturas-Alvo e Sectores de Produção**

Enfatizando a coerência com a política agrária de Moçambique, as culturas prioritárias serão escolhidas dentre as culturas (ou grupo de culturas) abaixo indicado. Contudo, é de realçar, que a seleção será feita mediante discussão e acordo entre os três países.

- ① Culturas de Subsistência: Mandioca, arroz, soja, trigo, milho, avicultura, pecuária leiteira, aquicultura de água doce
- ② Culturas para Comercialização: Tabaco, algodão, castanha-de-caju, cana-de-açúcar (açúcar)
- ③ Novas Culturas a serem Introduzidas: Frutas, hortaliças, culturas para a geração de biocombustível, etc.
- ④ Sistema de produção em que se combina lavoura e pecuária

**(5) Grupos de Interesse (Stakeholder)**

- ① Produtores: agricultores locais, população local, cooperativas agrícolas, empresas privadas (empresas agrícolas, empresas de processamento de produtos agrícolas), e outras empresas da cadeia produtiva...
- ② Órgãos Públicos: Instituto de Investigação Agrária de Moçambique (IIAM) , Direcção Nacional de Serviços Agrários (DNSA), Direcção Nacional de Serviços de Veterinária (DNSV), Direcção Nacional de Extensão Agrária (DNEA), Instituto de Algodão de Moçambique (IAM), Instituto de Fomento de Cajú (INCAJU), e outras entidades que sejam identificadas ao longo da execução do Programa..

**(6) Conteúdo da Cooperação prestada no âmbito da Cooperação Triangular**

O presente Programa combina, conforme a necessidade, a Cooperação Técnica do Japão e do Brasil, a Cooperação Financeira Não Reembolsável, a Cooperação Financeira Reembolsável (Empréstimo ODA) e diversos programas voluntários,

sendo planejado de modo que o efeito sinérgico de cada uma dessas formas de assistência possam se exprimir para a plena execução do Programa.

## ① Primeira Fase

A primeira fase ("Fase de Preparação do Programa") estabelecerá os modelos de Desenvolvimento Agrícola das Savanas Tropicais em Moçambique a partir da execução de quatro projetos, detalhados abaixo, por meio da Cooperação Técnica prestada conjuntamente pelo Japão e Brasil".

### (i) Estudo Preliminar

A pesquisa se iniciará em setembro de 2009 e terá como objetivo analisar e conhecer a situação socioeconômica e dos aspectos naturais do setor agrícola de Moçambique, identificando possibilidades de utilizar a as experiências obtidas no Programa de Desenvolvimento Agrícola do Cerrado Brasileiro. Os resultados desses estudos serão aplicados nos três projetos abaixo estabelecidos.

### (ii) "Melhoramento das Capacidades de Pesquisa em Moçambique" (Título Provisório)

O presente Projeto tem como objetivo melhorar a tecnologia de produção agrícola, como por exemplo, por meio de ensaios de correção de solo e seleção de variedades de diferentes culturas introduzidas dos Institutos de Pesquisa Agrícola de Moçambique, e ainda promover a difusão das tecnologias aperfeiçoadas e adaptadas. Por meio do Projeto pretende-se, ainda, melhorar as Capacidades dos Institutos de Pesquisa Agrícola de Moçambique. Este projeto deverá ter início no Ano Fiscal Japonês de 2010.

### (iii) "Plano Diretor Integrado de Desenvolvimento Agrícola da Região do Corredor de Nacala (Master Plan)" (Título Provisório)

Elaborar o Plano Diretor de Desenvolvimento Agrícola ao longo da área de abrangência da região do Entorno Corredor de Nacala, localizada na parte setentrional de Moçambique, e indicada prioritariamente como região objeto do projeto. O Plano auxiliará para a elaboração do Projeto de Cooperação Financeira, que contribuirá para a promoção do Desenvolvimento Agrícola da região. O Plano Diretor deverá ter início no Ano Fiscal Japonês de 2011.

### (iv) "Criação de Novos Modelos de Desenvolvimento ao nível de Comunidades Rurais (Projeto Demonstrativo)" (Título Provisório)

Definir as áreas candidatas a partir da "Região do Entorno do Corredor de Nacala" e trabalhar na criação de novos modelos de desenvolvimento ,inclusive utilizando a extensão agrária para o desenvolvimento dos produtores de comunidades rurais. Este projeto deverá ter início no Ano Fiscal Japonês de 2011.

## ② Segunda Fase

A segunda fase ("Fase de Execução do Programa"), com base nos resultados da primeira e com a introdução da Cooperação Financeira, pretende expandir os

**"Modelos de Desenvolvimento Agrícola da Área de Abrangência da Região do Entorno Corredor de Nacala, localizada na parte setentrional de Moçambique", criando modelos de agricultura comercial e promoverá o desenvolvimento das capacidades de produção local, impulsionando a economia da região de forma a torna-la mais competitiva.**

**(7) Papel do Governo de Moçambique**

Na implementação do presente Programa, o Governo de Moçambique, cujo papel central será desempenhado pelo Ministério da Agricultura, fará a coordenação dos Ministérios e Agências Nacionais, bem como dos órgãos governamentais locais. Além disso, o Governo de Moçambique priorizará este Programa no âmbito das Políticas de Desenvolvimento, disponibilizando recursos públicos e pessoal que se fizerem necessários. Ademais, conferirá o necessário tratamento especial por ocasião do acolhimento da Missão no âmbito do JBPP e dos peritos alocados para o Programa em conformidade com o previsto no quadro da legislação moçambicana aplicável.

**(8) Estrutura de Implementação ("Grupos de Trabalho")**

① Para a execução do Programa de forma eficaz e eficientemente, serão criados Grupos de Trabalho em cada um dos países. O Grupo de Trabalho de cada país ficará encarregado de obter consenso entre os órgãos envolvidos e de gerenciar o progresso de cada atividade. Os Grupos de Trabalho dos três países devem manter estreita comunicação entre si, fazendo os ajustes necessários para assegurar a implementação eficiente do Programa de Cooperação Triangular. O Grupo de Trabalho Conjunto Trinacional deverá se reunir uma a duas vezes por ano para analisar e fazer os ajustes necessários sobre itens fundamentais do Programa, sendo que o 1º encontro será realizado em Tóquio, em janeiro de 2010. Associado ao 1º Encontro do Grupo de Trabalho Conjunto, será realizado um Simpósio Internacional, provisoriamente intitulado "Cooperação para o Desenvolvimento Agrícola das Savanas Tropicais Africanas", co-patrocinado pelo Japão, Brasil e Moçambique;

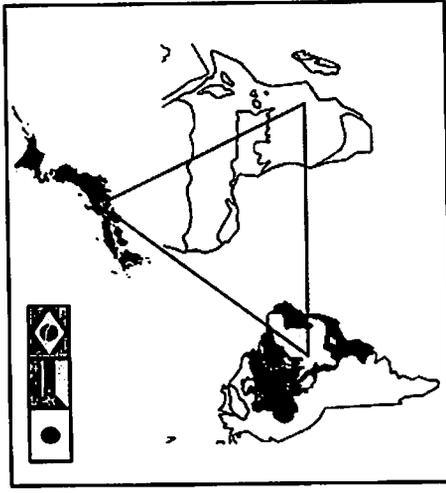
② Ao longo do Programa, poderá haver a participação de empresas do setor privado, com larga experiência no Desenvolvimento Agrícola do Cerrado, que atuará como consultora e terá entre suas atribuições a Coordenação Geral, a Administração, o Acompanhamento e Promoção do Programa.

**4. Resolução de Problemas**

Embora os três países comprometam-se a buscar a rápida concretização do Programa em estreita cooperação e conforme a estrutura mencionada no item 3 acima, caso surja alguma dúvida ou problema quanto ao conteúdo ora acordado, empenhar-se-ão na sua resolução através dos Grupos de Trabalho e, conforme a necessidade, com a boa fé dos signatários.

O presente Memorando sera redigido em duas versões nas línguas, designadamente, português e inglês. Em caso de dúvidas na interpretação prevalecerá a versão em língua inglesa.

**Programa para a Promoção da Agricultura Orientada para o Mercado nas Savanas Tropicais de Moçambique em Colaboração Triangular com o Brasil**



**GT Triangular**  
**Objetivo: Fomentar o consenso sobre o Programa**  
**Reunião anual/ou semi-anual**

**GT do Japão**  
**Ponto Focal:**  
**Matriz da JICA**

- Ministério de Assuntos Estrangeiros (MOFA)
- Ministério da Agricultura, Floresta e Pesca (MAFF)
- Embaixada do Brasil no Japão
- Embaixada de Moçambique no Japão
- Institutos de Pesquisa

**GT de Moçambique**  
**Ponto Focal:**  
**Min. da Agricultura**

- Ministério dos Negócios Estrangeiros e Cooperação
- Ministério da Planificação e Desenvolvimento
- JICA Moçambique
- Embaixada do Brasil em Moçambique
- Embaixada do Japão em Moçambique

**GT do Brasil**  
**Ponto Focal:**  
**ABC**

- JICA Brasil
- Embaixada de Moçambique no Brasil
- Embaixada do Japão no Brasil
- Ministério da Agricultura
- EMBRAPA
- EMATER
- SENAR
- Outras

